

Fundação Getúlio Vargas  
Escola Brasileira de Administração Pública  
Departamento de Ensino  
Curso de Mestrado em Administração Pública



Gestão Social, as novas relações entre Estado e Sociedade na área  
de abastecimento local : O Caso de Sertãozinho (SP).

DISSERTAÇÃO APRESENTADA À ESCOLA  
BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE  
EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Mônica Godinho Ribas

Rio de Janeiro, 1998

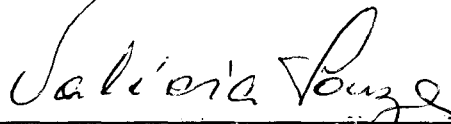
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
CENTRO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA E PESQUISA  
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GESTÃO SOCIAL, AS NOVAS RELAÇÕES ENTRE ESTADO E SOCIEDADE  
NA ÁREA DE ABASTECIMENTO LOCAL: O CASO DE SERTÃOZINHO ( SP ).

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA POR  
MÔNICA CORDINHO RIBAS

E  
APROVADA EM 18/07/97  
PELA COMISSÃO EXAMINADORA

  
Prof. Dr. FERNANDO GUILHERME TENÓRIO

  
Profª. VALÉRIA DE SOUZA

  
Profª. MARIA INÊS SOUZA BRAVO

Esse trabalho dedico a minha família,  
minhas irmãs Simone e Moema, meus  
cunhados Armando e Paulo André, meus  
sobrinhos Bruna e André, e especialmente  
os meus pais Cida e Rui.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Professor Guilherme Fernando Tenório orientador dessa Dissertação, e a CAPES, por ter viabilizado a participação no Curso de Mestrado em Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, através da concessão de bolsa de estudos, sem a qual seria impossível esta oportunidade.

## RESUMO

O presente trabalho se refere às novas experiências organizacionais compartilhadas por organizações sociais e o Estado, dando ênfase a práticas que apontaram para o surgimento de mecanismos gerências de regulação das relações sociais. Partindo deste enfoque definiu-se essas novas formas de gestão como **GERENCIAMENTO SOCIAL** que se caracterizam através de canais institucionais de negociação que rompem com práticas burocráticas e autoritárias de gestão ao introduzir parâmetros mais democráticos na interpretação dos processos de gestão. Estudou - se a experiência de Sertãozinho que foi a formação de fórum democrático para resolução dos problemas vivenciados pelas organizações sociais e o Município, na busca de alternativas durante à crise que se abateu sobre o setor sulco-alcooleiro no ano de 1990.

A hipótese levantada é a de que as relações estabelecidas entre as organizações sociais e o Estado têm contribuído para o surgimento de mecanismos públicos de regulação das relações sociais, propiciando formas organizacionais mais democráticas e menos burocratizadas. Nesse sentido, buscou-se evidenciar a importância dos aspectos gerenciais e organizacionais na consolidação do processo democrático.

## **SUMÁRIO**

<b><u>Introdução</u></b> .....	03
<b><u>CAPÍTULO - I - Referencial Teórico</u></b> .....	15
1.1 - As Relações Históricas entre Estado e Sociedade.....	15
1.2 - O Conceito de Gestão Social.....	24
1.3 - Os Novos Cenários Sociais.....	28
1.4 - O Código de Defesa do Consumidor.....	35
1.5 - As Convenções Coletivas de Consumo.....	41
<b><u>CAPÍTULO II- O Caso de Sertãozinho</u></b> .....	44
2.1. - Caracterização do Município.....	44
2.2. - As Convenções Coletivas de Consumo no Município de Sertãozinho.....	50
<b><u>Análise e Considerações Finais</u></b> .....	71
<b><u>Anexos</u></b> .....	75
<b><u>Referencial Bibliográfico</u></b> .....	88

## Introdução

A construção do problema da pesquisa partiu da indagação de que a crise do Estado brasileiro não pode ser explicada exclusivamente pelo impacto de uma nova ordem mundial. É necessário, também, considerar processos internos, que ao longo do tempo contribuíram para o esgotamento e inviabilidade do modelo de desenvolvimento adotado. Entre os determinantes internos destacam - se:

“em primeiro lugar, a crise fiscal, cujo o aprofundamento colocou em xeque o padrão de financiamento da matriz protecionista e autárquica que, num prazo de cinquenta anos, transformou o Brasil num país urbano-industrial; em segundo lugar, os fatores estruturais que conduziram à corrosão da ordem estatista, em seus diferentes níveis, tais como as formas predominantes de articulação entre a sociedade e o Estado, as relações capital - trabalho, o padrão de administração do conflito distributivo e a modalidade de relacionamento entre os setores público e privado (Diniz, 1996:07) “ .

Segundo Eli Diniz no contexto Latino - Americano, o caso brasileiro “ilustra a extenuação do Estado como fator de contenção da sociedade civil em processo de expansão e dotada de crescente densidade

organizacional. Por esta razão, o descompasso entre a sociedade e o Estado situa-se no cerne da presente crise” (Diniz, 1996:07)

A inexistência de mecanismos públicos de regulação das relações sociais demonstra uma rígida estrutura estatal dotada de um fraco potencial de incorporação política.

O estudo apresentado tem como objetivo analisar novos processos de *gestão social* desenvolvidos na área das políticas públicas de abastecimento, buscando verificar se as relações estabelecidas entre as organizações sociais e o Estado têm contribuído para o surgimento de mecanismos públicos de regulação das relações sociais, propiciando formas organizacionais mais democráticas e menos burocratizadas.

O fenômeno das novas formas de gerenciamento insere-se no âmbito das mudanças nos modos de produzir e distribuir os serviços no campo dos programas sociais, em contraposição à falsa dicotomia que se procura incultar hoje entre o estatismo e o privatismo.

São inovações que apresentam como significado maior, profundos processos sociais que tendem às seguintes alterações:

“mudanças nas relações entre o Estado, o mercado, o público e o privado, os sistemas de produção de um lado, e os de consumo, de outro, dos equipamentos sociais, através de formas alternativas de mutirões, as diversas



experiências de ajuda mútua, práticas comunitárias e de vizinhanças, são exemplos verificados de participação dos próprios beneficiários e de Organizações não-governamentais no encaminhamento das políticas públicas “ (Draíbe, 1993:100).

Na interpretação de Pierre Rosanvallon, esses novos processos gestionários apresentam-se como uma alternativa à crise do Estado, “partindo da concepção de que a lógica econômica passou a prevalecer sob todas as formas organizacionais, desenvolvendo um comportamento individualista e burocrático no interior das organizações, inviabilizando o surgimento de espaços verdadeiramente públicos ” (Rosanvallon, 1984:94).

A questão que se coloca é a possibilidade de definição de um espaço público, onde o Estado se metamorfoseia em algo distinto dele, no encontro com a sociedade civil na construção de uma esfera pública. Este espaço se formaria através de “ um processo de troca de uma maior flexibilidade econômica em troca de uma certa desburocratização do Estado pelo reconhecimento de uma autonomia crescente das pessoas e dos grupos, que seria garantida por agentes coletivos e por instituições” (Rosanvallon, 1984:107).

Nestas novas formas gestionárias inclui-se o terceiro setor, definido como um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos apresentando uma dupla

qualificação: não geram lucro e respondem a necessidades coletivas. Sua inovação está na forma interativa que dá vida a este setor, tendo como segmentos principais:

- “a) formas tradicionais de auto ajuda;
- b) movimentos sociais;
- c) organizações Não - Governamentais;
- d) filantropia empresarial ” (Fernandes, 1994:128).

Outra experiência que apontava para esta mudança na forma de gestão eram as Câmaras Setoriais que previam a participação dos trabalhadores sindicalizados na formulação de políticas tecnológicas, investimentos e no próprio rumo do mercado. No campo das lutas populares, elas se caracterizaram por novas relações que os movimentos organizados passaram a estabelecer com os poderes municipais, deslocando práticas tradicionais de mandonismo, clientelismo e assistencialismo através de espaços de participação e negociação nos quais demandas e reivindicações estabeleciam a pauta de prioridades e relevâncias na distribuição dos recursos públicos, bem como a ordem das responsabilidades dos atores envolvidos, exemplificando: ” orçamentos participativos, fóruns de negociação para urbanização de favelas e construção de moradias populares, gestão e uso de fundos públicos para desenvolvimento urbano e programas sociais” (Telles, 1994:13).

Já na área da administração pública, esta forma de gerenciamento tem implicado na “criação de múltiplos espaços favoráveis à articulação social através de ações cada vez mais multiinstitucionais e multissetoriais, englobando um amplo número de organismos do setor público, de diversos âmbitos e a variados setores da sociedade civil ” (Klinksberg, 1989:44).

Trata-se de uma mudança estratégica, que afeta diretamente as formas tradicionais do exercício político. O interesse já não está apenas no conteúdo da negociação social, mas também no seu campo, ou seja, é a forma e a configuração do próprio espaço social que passa a constituir o objeto central de regulação das relações sociais.

Neste sentido, o campo das políticas públicas surge como um novo espaço de negociação ao possibilitar a influência de diferentes atores sociais nos processos de tomada de decisão. Na interpretação de Francisco de Oliveira (1993:13) estes “ espaços não serviriam para anular os conflitos, e sim para reafirmar os interesses de cada um, com atores estrategicamente colocados que, a partir de seus interesses, moldariam ou tentariam moldar uma determinada política”.

São iniciativas de articulações entre o campo político institucional e a sociedade civil que apresentam um reordenamento na esfera pública, que apontam para a consolidação de práticas sociais institucionalizadas de democratização da gestão pública.

A Constituição de 88, ao restabelecer o conceito de cidadania enquanto logus de intermediação entre a sociedade civil e o Estado, ligou este diretamente à participação popular através da criação de canais de interlocução. Como objeto de estudo sobre esses novos mecanismos, escolheram-se as Convenções Coletivas de Consumo estabelecidas pelo Código de Defesa do Consumidor. Este mecanismo será estudado a partir de uma experiência prática que ocorreu no Município de Sertãozinho, interior do Estado de São Paulo, durante os anos de 1991 e 1992.

A experiência de Sertãozinho reflete o momento de crise econômica e social que afetava os diversos setores da sociedade, tendo como reflexo mais imediato o aumento no índice de desemprego. Apesar de ser uma experiência local, pelo seu desenvolvimento e pela inovação de suas práticas, atingiu uma repercussão nacional.

As Convenções Coletivas de Consumo são regras definidas entre entidades civis de consumidores e as associações de fornecedores ou sindicatos de categorias econômicas nas relações referentes ao consumo, abrindo canais para o exercício de práticas autônomas da sociedade no âmbito local. Portanto, formularam-se os seguintes objetivos a serem pesquisados:

- Identificar os mecanismos de negociação da Convenção Coletiva de Consumo de Sertãozinho.

- Identificar se as regras estabelecidas para realização da Convenção Coletiva de Consumo de Sertãozinho permitiram uma maior visibilidade nas relações de abastecimento local.
- Analisar o nível de participação e decisão das organizações sociais que participaram das Convenções Coletivas de Consumo de Sertãozinho.
- Verificar o papel desenvolvido pelo Estado na realização das Convenções Coletivas de Consumo.

Tratando-se de uma experiência que se desenvolveu a partir do novo pacto federativo, que tem como princípio a descentralização político - administrativa, elegeu-se também como objetivo verificar se esta forma de gerenciamento social constitui-se em um mecanismo de fortalecimento do poder local no âmbito municipal.

No caso das Convenções Coletivas de Consumo podem-se indicar, preliminarmente, algumas características, que se enquadram dentro deste novo contexto social:

- O surgimento de um novo ator social, o consumidor.
- O estabelecimento de regras nas relações entre consumidor e fornecedor.
- O surgimento de um novo espaço de negociação sem a interferência direta do poder público.

No âmbito das relações sociais entre a sociedade e o Estado, esta experiência destacou-se pela formação de um espaço público que

conjugou variadas forças que se articularam em torno de diferentes formas organizacionais.

A novidade na formação desse novo espaço público está nos parâmetros que passaram a fundamentar as práticas sociais, que são as seguintes: a) solidariedade enquanto um sentimento de co-responsabilidade na resolução dos problemas sociais; b) a parceria como um instrumento de viabilização dessas iniciativas.

Neste sentido, o estabelecimento de mecanismos institucionais como as Convenções Coletivas de Consumo previstas pelo Código de Defesa do Consumidor, permite visualizar a formação de uma nova institucionalidade política.

O estudo, ao focar os aspectos organizacionais da experiência de Sertãozinho, pretende averiguar se esses processos sociais têm contribuído para o surgimento de novos atores sociais e de novas formas organizacionais que desenvolvam um papel mais ativo na sociedade, superando práticas meramente reivindicativas. Assim, a apresentação e a interpretação se concentrou na forma, no conteúdo e na potencialidade que estas apresentam para a formação de uma esfera pública fora do campo da essência estatal, possibilitando o surgimento de “organizações mais flexíveis e solidárias ” (Rosanvallon, 1984:108).

Na interpretação de Guerreiro Ramos, a Teoria Organizacional na área da Administração está predominada por uma racionalidade

instrumental, na qual o comportamento econômico passou a ser identificado como constituindo a natureza humana. Isto significa que “qualquer ação que venha a ser empreendida pelo homem será movida pelo interesse de elevar ao máximo seus ganhos econômicos ” (Guerreiro Ramos, 1989:13). Logo, a realização de um estudo sobre processos de gestão, numa perspectiva social, deverá partir de uma outra concepção das relações no processo administrativo, que compreenda o gerenciamento não apenas como um ato mecânico e instrumental e sim como uma “ação que tenha como fim mediatizar democraticamente o ‘ pensar ‘ com o ‘agir ‘ “ (Tenório, 1988:53).

A estratégia adotada para o desenvolvimento da pesquisa foi a seguinte:

“a observação dos aspectos simbólicos das relações através da valorização de práticas concretas de indivíduos e de grupos em contraposição a estruturas impessoais e a objetivos abstratos, ou seja, é a análise de práticas sociorganizacionais relativamente descompromissadas com o estatuto essencialmente sistêmico da sociedade burocratizada” (Serva, 1993:37).

Para análise da experiência, criou-se um conceito de *gerenciamento social*, que serviu de referência para a realização da pesquisa. Assim, definiu-se *gestão social* como processos sociais onde a ação gerencial se desenvolve através de uma interação negociada

entre atores sociais, perdendo o caráter burocrático em função da relação direta entre o processo de gestão e a participação, o que possibilita utilizar esquemas organizativos múltiplos e centros de participação e política.

Para contextualização do conceito de *gestão social*, buscaram-se outras categorias analíticas como cidadania e espaço público as quais, aplicadas às experiências estudadas, possibilitam a interpretação de novas estruturas organizacionais em formação na sociedade.

“As categorias analíticas são definidas como aquelas que retêm historicamente as relações sociais fundamentais e podem ser consideradas balizas para o conhecimento do objeto nos seus aspectos gerais ” (Minayo, 1992:94).

A categoria de cidadania permite compreender as bases do processo de democratização do poder judiciário, apresentando um reordenamento no direito, indicando a adoção de instrumentos técnico - jurídicos que podem contribuir para pluralização das relações sociais através do reconhecimento de novos atores sociais, permitindo assim o surgimento de novos espaços para resolução dos conflitos.

A categoria de espaço público complementa a de cidadania ao fornecer os elementos que fundamentam as novas práticas sociais e, conseqüentemente, as novas estruturas organizacionais.

Como o fenômeno a ser estudado insere-se num contexto de vida real, adotou-se a metodologia qualitativa que permite compreender o



fenômeno no contexto em que ocorre, numa perspectiva integrada. É uma estratégia de pesquisa que “ procura “responder “ como ” e “por quê” certos fenômenos ocorrem, quando há pouca possibilidade de controle sobre os eventos estudados e quando o foco de interesse é sobre fenômenos atuais ” (Godoy, 1995:26).

A construção do referencial teórico partiu do conceito de *gestão social* e das categorias selecionadas, sendo que este trabalho foi realizado através de levantamentos bibliográficos e entrevistas. Quanto à experiência prática, buscou-se contatar pessoas que participaram da experiência estudada, como o Promotor Público do Município de Ribeirão Preto, Mauro Goulart (Coordenador do Pacto de Sertãozinho), Élio Antônio Cândido (Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Sertãozinho), José Alberto Gimenez (Presidente da Associação Comercial de Sertãozinho, no ano de 1992), os quais contribuíram com materiais empíricos e teóricos para o desenvolvimento da dissertação.

O estudo foi organizado em três partes. A primeira parte apresenta os aspectos históricos que antecederam o surgimento de novas práticas sociais, o conceito de *gestão social* e as categorias sociais que contextualizam as novas práticas sociais. A segunda parte consiste na apresentação do caso de Sertãozinho. A terceira e última parte contém uma análise da experiência, cuja ênfase recai sobre os aspectos gerenciais e organizacionais tendo como objetivo levantar os elementos que configuram a formação de novos processos de gestão.

Assim, pretende-se através da realização deste estudo verificar se as novas práticas sociais apresentam mudanças gerenciais nas relações entre a sociedade civil e o Estado.

# CAPÍTULO I

## Referencial Teórico

Tendo em vista o objetivo proposto para a realização da pesquisa, que é identificar o surgimento de novos processos de gestão social entre a sociedade civil e o Estado, buscou-se elaborar um referencial teórico que apresentasse os elementos que caracterizam historicamente essa relação e as mudanças ocorridas neste contexto com o processo de democratização.

A seguir, trabalhou-se o conceito de gestão social, a partir das categorias de espaço público e de cidadania, as quais permitem desenvolvê-lo numa perspectiva democrática.

Para finalizar, foi feita a correlação entre o mecanismo das Convenções Coletivas de Consumo de Sertãozinho com os novos cenários sociais.

### **1. 1 - As Relações Históricas entre a Sociedade e o Estado**

A análise sobre novas formas de *gerenciamento social* parte da concepção de que a política social não é uma questão exclusiva do

Estado no sentido de que transformação da assistência social da forma estatal em forma pública pode contribuir num meio de publicização do Estado através da inclusão de novos atores sociais no processo de controle e tomada de decisões. É a ampliação do conceito de público, “não mais ligado estritamente à ação estatal, mas a uma ação social gerida pela própria sociedade visando criar uma esfera pública, que não se limita ao âmbito do Estado mas inclui a cidadania ” (Fernandes, 1994:22).

No entanto, essas formas de gerenciamento, processadas e produzidas pela sociedade civil, não devem ser entendidas como “ uma forma de substituição da ação do Estado na área social, mas como mecanismos de mediação que permitam transformar em forma pública atividades que até o momento são estatais ” (Oliveira, 1993:15).

Tal suposição presume uma “postura civil de diminuir o Estado para dar o devido espaço à sociedade civil; aumentar a liberdade, não pela recriação anacrônica do capitalismo livre, mas pela instituição competente do Estado de direito, produto da cidadania ” (Demo, 1994:65).

Nesta perspectiva, o conceito de cidadania é entendido como:

Uma categoria histórica , que ao adquirir o formato concreto da relação de inclusão e exclusão dos indivíduos no interior dos contextos nacionais, transcende a sua origem liberal - burguesa, na qual se colocava como

mediação necessária entre cidadãos individualizados e o poder político situado acima das classes sociais. Logo, o exercício de cidadania deverá ser resultado da dinâmica das relações de poder sendo concomitantemente parte da constituição e consolidação da hierarquia de poder na sociedade ” (Fleury, 1986:120).

A temática da cidadania e de construção de sujeitos sociais e políticos insere-se nos estudos mais amplos que explicam a formação do Estado brasileiro e suas relações específicas com a sociedade nacional. Um estudo clássico nesta área é o de Raimundo Faoro que caracteriza o poder político no Brasil, segundo as categorias de Max Weber, como o de um “ Estado Patrimonial Burocrático ”, no qual traça o perfil do “ estamento burocrático ” como :

“A apropriação pelos membros a título privado, do poder público, que os incitam a organizar de forma autônoma sua participação na sociedade civil e sua representação política frente a um Estado. Trata-se de um poder exercido de cima para baixo, mantendo assim características “ feudais ” , mesmo quando organizados segundo uma racionalidade burocrática (Quirino/Montes, 1987:39). “

Na interpretação de Raimundo Faoro, assim se explicaria a “estranha fusão entre a esfera pública da ação do Estado e a esfera

privada das atividades próprias da sociedade civil, que parece caracterizar nossa vida política ” (Quirino/Montes, 1987:39).

Vários estudos ( Weffort,1984;O'Donnell,1986), apontam para criação de um espaço público “ descidadanizado “ na sociedade brasileira, que passa fundamentalmente pelo não - reconhecimento da diversidade (da legitimidade das diferenças ou da alteridade) de outros atores sociais com interesses, valores e direitos legítimos.

É no período populista que se pode verificar com maior clareza esta prática política, que face ao processo de industrialização e urbanização, canalizou as demandas sociais através de instrumentos corporativos de cooptação das massas populares colocadas na condição de suporte legitimador de um Estado autoritário e representante dos interesses de um amplo compromisso entre as frações da elite dominante.

Os mecanismos de mediação foram estabelecidos da seguinte maneira:

“Criou-se um aparato institucional de natureza híbrida (como os sindicatos, institutos previdenciários e o próprio sistema político partidário) que se assentava menos nos direitos e na consciência da cidadania, do que nos liames acionados a partir das noções de nação e povo “ (Fleury, 1986:116) .

Se por um lado, a fase populista utilizou-se de instrumentos de cooptação, com o golpe militar de 64 estes foram totalmente destruídos com a instauração de um novo pacto composto pelo:

“ Estado coercitivo, os monopólios transnacionais e nacionais e o capital financeiro de ambas as origens. A exclusão das camadas populares e a destruição do aparelho institucional populista realizado pelas forças armadas em conjunto com a tecnocracia, por meio da repressão política e das diversas reformas administrativas, viabilizaram a concentração do poder ao nível dos altos escalões. ” (Fleury, 1986:116) .

A predominância de critérios tecnoburocráticos de planejamento, aliados ao conceito da teoria militarista de segurança, subordinou o aparelho estatal às necessidades de um processo de acumulação altamente concentrador; a relação com a sociedade foi mantida através de políticas compensatórias .

Esses dois momentos políticos são de extrema importância para compreensão de como se iniciou a construção de uma cultura baseada nos direitos sociais e políticos, a partir da noção de cidadania.

Com o fechamento do Estado, este deixou de ser “ o parâmetro no qual se media a relevância de cada manifestação social, o que delineou um novo perfil de sociedade civil que inicialmente surgiu como uma forma de defesa a um Estado ditatorial ” (Sader ,1988:35).

Os movimentos sociais que emergiram após este período político caracterizaram-se com a marca da autonomia e da contestação à ordem estabelecida, como :

“o “ novo sindicalismo “ , que se pretendeu independente do Estado e dos partidos, eram os “ novos movimentos de bairros “ , que se constituíram num processo de auto - organização, reivindicando direitos, e não na troca de favores como os do passado; era o surgimento de uma nova “ sociabilidade “ em associações comunitárias onde a solidariedade e a auto ajuda se contrapunham aos valores da sociedade inclusiva; eram os novos “ movimentos sociais “, que politizavam espaços antes silenciados na esfera privada. De onde ninguém esperava pareciam emergir novos sujeitos coletivos, que criavam seu próprio espaço e requeriam novas categorias para sua intelegibilidade “ (Sader, 1988:36) .

Esses fatores indicaram uma mudança qualitativa no cenário político, contra um “ período de atrelamento estatal sobre os sindicatos, o jogo populista, o “ pacto classes “ e a atuação de partidos marcados por concepções elitistas e autoritárias “ (Telles, 1987:56).

As interpretações sobre essas novas ações da sociedade giraram em torno de duas questões: os movimentos sociais enquanto expressão de uma nova cultura política e, por outro lado, as mudanças no interior



do Estado, que em função da ativação política, a que a própria realidade de opressão conduziu os setores populares, passou a voltar suas ações para a regulação e controle destes setores .

Em relação à primeira posição, a idéia diretriz de argumentação era que:

“Os novos movimentos sociais almejavam atuar no sentido de estabelecer um novo equilíbrio de forças entre Estado (aqui entendido como o campo da política institucional do governo, dos partidos e dos aparelhos burocráticos de dominação) e sociedade civil (campo da organização social que se realiza a partir das classes sociais fora do Estado enquanto aparelho); bem como no interior da própria sociedade civil, nas relações de subordinação entre dominantes e dominados, entre subordinantes e subordinado. Partindo do pressuposto de que “ transformar” não é só modificar a sociedade a partir do aparelho do Estado, é modificá-la também no nível das ações concretas da sociedade civil ” (Warren - Scherer, 1994:53-54).

Em relação à segunda posição, ressaltava-se que:

“O Estado, apesar de seu funcionamento tradicionalmente autoritário, com a implementação das políticas sociais, obrigou-se a algum tipo de inter-relação com a população e, portanto, à negociação. Logo, chamam a atenção para

as mudanças ocorridas no interior do próprio Estado, para o seu poder disciplinador cada vez mais presente na vida cotidiana, criando espaços no interior de suas burocracias para a negociação de reivindicações, impondo uma normatividade que tende a despolitizar os conflitos sociais e a fragmentar em compartimentos estanques, tecnicamente administrados, todas as esferas da vida social ” ( Telles, 1987:71).

Já os anos 80, com os avanços e recuos do processo democrático, demonstrou que a distinção entre o Estado e sociedade não era adequada para pensar a questão da transformação da cultura política a partir de uma “ perspectiva relacional que permita confrontar uma pluralidade de orientações e interesses ” (Telles, 1987:75).

O surgimento de novos partidos políticos, movimentos de gênero, as centrais sindicais, as comunidades eclesiais de base e as organizações não - governamentais, entre outros, passaram a constituir um tecido social com vistas ao estabelecimento de múltiplas relações sociais.

Em relação à gestão do Estado no Brasil, pôde-se verificar uma mudança a partir das eleições de 1982. Com a vitória de partidos com propostas mais democráticas, passaram-se a estabelecer novas relações com a sociedade através das organizações sociais. A criação de canais de participação popular, bem como o envolvimento de

organizações não - governamentais em projetos desenvolvidos por órgãos públicos, sinalizaram para uma mudança na forma de gestão da coisa pública.

É a partir da manifestação destes diferentes atores sociais e em torno de múltiplas formas organizacionais, que começou a ser delineada uma nova forma de *gerenciamento social*.

Essas novas experiências gestionárias se desenvolveram num contexto de competições políticas, de convocação da Assembléia Nacional Constituinte destinada a redefinir as leis fundamentais do país, e com a introdução de estratégias neoliberais de políticas econômicas e sociais.

Paralelo a estes processos de mudanças, uma profunda crise passou a se apresentar através da estagnação econômica, inflação, ajustes e crises dos serviços públicos que resultaram, combinados, num aumento da miséria. Logo, a ineficácia do Estado na realização dos serviços públicos reforçou a busca de alternativas autônomas pela sociedade civil que, embora não fosse capaz de enfrentar os problemas em toda sua extensão, reforçou as idéias de ajuda mútua e de iniciativa própria.

Este quadro sinalizou uma dupla contradição:

“Se por um lado, ampliou o campo das articulações sociais, por outro, a desmoralização do governo e um fraco Estado democrático passaram a colocar em xeque a crença nas

instituições das quais se é convidado a participar; sendo que o respeito ao pluralismo não tem relevância enquanto não encontra mecanismos eficazes de expressão da multiplicidade dos interesses e das intenções “ (Fernandes, 1994:95).

A conquista da autonomia civil passa pela afirmação ao pertencimento (e portanto, da dependência ) a uma sociedade legal, regida por normas e valores democráticos. Numa perspectiva relacional, “ o sentido da crítica aos modelos estatizantes da coisa pública não se completa enquanto não se recupera o valor positivo do Estado e de suas funções ” (Fernandes, 1994:95).

É nesse sentido que as novas formas de *gerenciamento social* surgem como uma alternativa ao impasse gerado pela crise do Estado, pensado unicamente nos seus aspectos financeiros, ou seja, em termos de privatização e estatização. São mecanismos que poderão fornecer elementos que contribuam de forma positiva para a redução da procura do Estado, através da produção de novas relações de sociabilidade.

## **1. 2 - O Conceito de Gestão Social**

A elaboração do conceito de *gestão social* partiu da observação de uma tendência à formação de cenários no campo democrático que

afetam diretamente as práticas sociais através da formação de espaços públicos e do resgate do conceito de cidadania.

A criação de canais institucionais de negociação marcam o rompimento com práticas burocráticas e autoritárias de gestão ao introduzir parâmetros mais democráticos na interpretação dos processos de gestão. Portanto, define-se *gestão social* como processos, onde a ação gerencial se desenvolve através de uma interação negociada entre atores sociais, perdendo o caráter burocrático em função da relação entre o processo de gestão e a participação. Essas ações levam à superação da unidade e uniformidade do sistema administrativo tradicional, o que possibilita utilizar esquemas organizativos diferenciados e múltiplos centros de participação política e social, configurando novos espaços organizacionais fundamentados em práticas sociais mais solidárias e menos burocratizadas. São formas de gerenciamento que fazem parte de uma nova institucionalidade que se abre a espaços de representação, interlocução e negociação.

A análise sobre a formação de espaços públicos, partindo de um enfoque social, fundamenta-se na concepção de “ democracia que valoriza a participação popular e os espaços públicos de comunicação normativa” (Viola e Scott, 1987:14). É a redescoberta do espaço público a partir do estabelecimento de novas relações, “ no qual as diferenças se expressam e se representam nas práticas de negociação; no qual

valores circulam, argumentos se articulam e opiniões se formam; no qual parâmetros públicos podem ser construídos e reconstruídos como balizas para o debate em torno de questões relevantes ” (Telles ,1994:13).

Para Jürgen Habermas, o surgimento de um espaço público está diretamente relacionado com a formação de uma opinião pública :

“o surgimento de espaços públicos está vinculado à capacidade de produzir a afirmação de uma opinião pública através de uma esfera politicamente ativa, designada por modos de comportamento de quaisquer grupos populacionais que sejam adequados para modificar ou até mesmo para alterar as estruturas, práticas e metas de dominação ” (Habermas, 1984:286) .

O principal na análise de Habermas, para pensar novas formas de *gerenciamento social*, está na compreensão de como se forma a opinião pública. Para o autor, a formação de uma opinião pública democrática deve partir do próprio interior da organização, que “ deve estar organizada em sua estruturação interna de acordo com os princípios da publicidade, ou seja, possibilitar institucionalmente uma democracia interna às organizações” (Habermas, 1984:244). Portanto, a opinião só se tornará pública à medida em que for orientada em todos os setores de forma democrática.

Neste sentido, para que a esfera pública exerça uma função de crítica política e controle, além da co-gestão de compromissos políticos, “ela mesma também deve estar sujeita sem limitações, às condições de coisa pública e da publicidade, tornando-se novamente esfera pública em sentido estrito. Desta forma que se dá a instituição das forças socialmente ativas: organizações privadas da sociedade, exercendo funções públicas dentro da ordem política ” ( Habermas, 1984:224).

Esta interpretação de Habermas permite estabelecer uma relação entre o conceito de *gestão social* e a formação de novos espaços públicos, tendo como referência o surgimento de novas formas organizacionais que, ao privilegiarem processos coletivos e comunicativos, permitem a participação direta ao nível da reflexão, da execução, diminuindo a distância entre direção e a base do movimento. Portanto, a consolidação dessas formas organizacionais presume a formação de um contexto comunicativo e uma nova institucionalidade política pautada sobre os parâmetros da cidadania.

São contextos que se desenvolverão através de organizações que apresentem internamente “hierarquia planas, organizadas em torno de processos transversais, deixando espaços para fluxos de informação e conhecimento, diálogo a ação concentrada ”. (Fischer, 1996:18)

Assim, as novas relações entre a sociedade civil e o Estado passam a ter como objetivo o “tratamento do conflito pela palavra ” (Manzini - Covre, 1991:7).

Na área das políticas públicas, esse processo apresenta-se com a criação de mecanismos institucionais que têm como base a participação popular que se desenvolve através do estabelecimento de um novo contrato pautado no reconhecimento de diferentes atores sociais, que se relacionam através de um processo argumentativo regido por regras estabelecidas constitucionalmente.

São variadas as formas de articulações que envolvem a sociedade civil, o Estado e organizações não-governamentais, desenvolvendo-se através de múltiplas formas de parceria e sinalizando para a formação de uma nova institucionalidade política, fundamentada sobre novas formas de *gerenciamento social*.

### **1 . 3 - Os Novos Cenários Sociais**

O instrumento das Convenções Coletivas de Consumo adotado pelos movimentos sociais de Sertãozinho, apresentou elementos que configuram a formação de um novo espaço público na sociedade brasileira. Foi uma prática social que colocou em discussão duas questões: primeiro, o rompimento com a visão estatizante, que reside na capacidade de absorção da sociedade pelo Estado interferindo diretamente em sua organicidade; a segunda, é a oposição a concepções que se baseiam apenas em situações conjunturais e estruturais, que se voltam a generalizações, pois com a formação de



novos espaços públicos, possibilitou-se o surgimento de movimentos sociais voltados para problemas cotidianos e localizados que afligem diretamente seus participantes.

As Convenções Coletivas de Consumo caracterizam-se como um mecanismo público de regulação das relações sociais que ao, “transcender o Estado, incorpora a sociedade civil publicizando os espaços ditos privados e politizando as relações sociais em suas múltiplas dimensões ” (Abreu, 1993:7). A novidade neste tipo de mecanismo é a articulação entre interesses objetivos, que dizem respeito a necessidades e carências, e subjetivos da realidade social e da vida, que são ideais que movem as pessoas e os grupos sociais em suas ações. A conjugação de diferentes interesses em torno de problemas comuns permite o acesso e o reconhecimento de diferentes interlocutores sociais constituindo um verdadeiro espaço público democrático, que passa a ser a expressão do trabalho lúcido da sociedade sobre ela própria.

Nesta direção, argumenta Hartmut Kärner apresentando um modelo de sociedade, cuja pedra angular é a subjetividade, a eliminação da alienação e a auto - confiança, começando pelo cotidiano. Segundo o autor, esses três fatores contrastam com as concepções de sociedade que se remetem à conquista de um futuro melhor distante, ou seja, “ a sociedade futura não deve ser apenas uma utopia longínqua, sua realização deve começar aqui e agora, na prática

diária e não apenas na prática política ” (Karnen, 1987:31-32) Logo, o sentido que é dado à prática social e política neste tipo de sociedade não se enquadra nos moldes políticos pré - estabelecidos de conquista de poder, formação de partido e hierarquização de processos de decisão, mas sim, na vivência de comportamentos mais criativos e humanos, num processo diário de se comportar e pensar. Nas palavras de Harmut Karnen este “ é um processo de experimentação de formas de comportamento a longo prazo - não apenas num sentido econômico - desenvolvendo níveis de existência que, embora não realizem ainda o ideal de uma sociedade horizontal e igualitária, o tornem mais próximo, sob condições específicas” (1987:33).

Por outro lado, essas mudanças no comportamento social afetaram diretamente as estruturas organizacionais tradicionais, gerando organizações que passaram a apresentar um caráter não instrumental em relação aos seus objetivos, fundamentadas nos seguintes aspectos:

“ em códigos culturais, podendo apresentar compromisso de curta duração, lideranças múltiplas e estruturas organizacionais temporárias e ad hoc. O que permite às pessoas a possibilidade de outras experiências de tempo, espaço e relações interpessoais que se opõem à racionalidade operacional dos aparatos, redefinindo o

significado da ação social para o conjunto da sociedade “  
(Melluci, 1989:62) .

Os mecanismos públicos de regulação das relações sociais, dentro deste novo contexto, apesar de não apresentarem fórmulas claras para resolução dos problemas, demarcam os limites no interior dos quais as soluções deveriam ser encontradas. Portanto, contribuem na definição do que “ é tolerável trabalhando sobre valores comuns, reforçando as condições culturais e subjetivas com as quais o Estado e o Mercado devem funcionar ” (Fernandes, 1994:140).

Ao mesmo tempo em que o processo de democratização permitiu que a sociedade civil ocupasse um espaço mais ativo na sociedade, colocou em evidência um dos desafios elementares da democracia, que está na capacidade de abrigar, resolver e mediar as demandas mais primárias de uma cidadania.

O que se verifica é a existência de um vácuo institucional que se reflete diretamente na constituição do Estado e do Direito atual, que não possuem instituições públicas capazes de abranger este novo universo social.

As crises sociais deste final de século estão a exigir, nos Estados democráticos ou em processo de consolidação da democracia, a criação e difusão de novos espaços de participação e de coordenação dos conflitos, incorporando todas as classes, grupos e segmentos sociais no processo de tomada de decisão.

Pierre Rosanvallon citando G.Gurvitch propõe a criação de um Direito Social que consistiria em:

“ destruir a diferença que existe entre os fatos sociais, que não podem ser apreendidos apenas a partir do individual e do estatal, é o direito reconhecendo que as comunidades ativas devem tornar-se ‘ fatos normativos ‘, isto é, ser produtoras de um direito autônomo” (Rosanvallon, 1984:92-93 ) .

Concluindo :

“A teoria do direito social propõe-se a construir de maneira jurídica toda uma série de fatos sociais habitualmente rejeitados fora da ciência do direito: a relação entre a camada organizada e a camada não organizada da vida social, a relação da sociedade e do estado, o nascimento do direito em cada célula social particular ” (Rosanvallon, 1984:92-93 ).

Abre-se assim a discussão sobre formas alternativas de resolução dos conflitos na área jurídica, “ com ênfase às técnicas de negociação, barganha e arbitramento, que exigem conhecimento tanto técnico - jurídico quanto político - jurídico “ (Campilongo, 1994:19).

Seriam direitos formulados no terreno dos conflitos, em que a exigência de justiça diz respeito “ não tanto à aplicação equânime da lei, mas às regras de uma eqüidade que restabeleça equilíbrios

rompidos, compense assimetrias de posições e defina o conjunto de prerrogativas e garantias de desiguais. Com a abertura de “ práticas de negociação e representação legitimadas dos interesses em confronto na construção de um contrato social definido nas regras pactuadas do conflito ” (Telles, 1994:09).

Neste sentido, a experiência de Sertãozinho apresenta-se como um modelo alternativo de gestão, que ao utilizar o mecanismo das Convenções Coletivas de Consumo na administração dos conflitos locais, possibilitou a conjugação de interesses e a elaboração de propostas comuns para a resolução dos problemas da cidade.

Para Boaventura de Souza Santos, uma nova juridicidade corre paralela à construção da cidadania pois a discussão sobre novas formas de organização das lutas sociais pode significar a construção de uma cidadania que alargue a política para além dos marcos do Estado liberal e do Estado social.

Nas palavras de Souza Santos :

“a politização do social, do cultural e mesmo do pessoal abre um campo imenso para novas formas de cidadania (coletivas e não meramente individuais); assentes em formas jurídicas que, ao contrário dos direitos gerais e abstratos, incentivem a autonomia e combatam a dependência burocrática, personalizem e localizem as

competências interpessoais e coletivas em vez de as sujeitar a padrões abstratos “( Santos, 1991: 170-171).

É um processo que caminha para “uma sociedade mais ‘ flexível ‘ , menos rígida, processo que implica que o direito se tome pluralista, que exista um direito social pelo menos parcialmente independente do direito estatal ” (Rosanvallon, 1984:93), e que apresenta as seguintes características:

“a) a primeira diz respeito à constituição interna do processo e inclui uma série de orientações tais como: maior envolvimento e participação dos cidadãos, individualmente ou em grupos organizados, na administração da justiça; a simplificação dos atos processuais e o incentivo à conciliação das partes; o aumento dos poderes do juiz; a ampliação dos conceitos de legitimidade das partes e do interesse em agir.

b) a segunda está relacionada à democratização da justiça , e aponta para a necessidade de criar um Serviço Nacional de Justiça, um sistema de serviços jurídico - sociais, gerido pelo Estado e pelas autarquias locais com a colaboração das organizações profissionais e sociais, que garanta a igualdade de acesso à justiça das partes das diferentes classes ou estratos “ (Santos, 1991:154 -155) .

Assim, os espaços públicos, pautados em novas formas de cidadania, se desenvolveriam entre o Estado e o Mercado, abrindo um amplo campo, espaço não estatal e não mercantil, onde é possível criar utilidade social através de trabalho auto - valorizado ( trabalho negativo, do ponto de vista da mais - valia.) ” (Santos, 1991:278).

## **1.4 - O Código de Defesa do Consumidor**

Um marco na sociedade contemporânea para redefinição das relações entre o Estado, a sociedade civil e o mercado, foi a aprovação, na Assembléia Geral das Organizações das Nações Unidas, da resolução nº 39/248, de 10 de abril de 1985, que definiu as normas de proteção dos consumidores.

As premissas que nortearam as normas de proteção do consumidor basearam-se nos seguintes aspectos:

“deveriam ser levados em consideração os interesses e as necessidades dos consumidores de todos os países, particularmente os países em desenvolvimento; reconheceu que os consumidores se deparam com desequilíbrios em termos econômicos; níveis educacionais e poder aquisitivo; sem deixar de considerar que os consumidores têm o direito de acesso a produtos inofensivos, assim como o

direito a um desenvolvimento econômico e social justo, equitativo e duradouro “ (Pereira, 1995 :117) .

É uma lei de ordem pública que tem como maior preocupação as relações de consumo que dão origem a uma série de fenômenos coletivos, como acidentes de consumo, os contratos de adesão, as práticas abusivas, a publicidade enganosa e abusiva, o acesso à justiça para as coletividades de consumidores, estabelecendo direitos e obrigações entre consumidores e fornecedores. O objetivo é assegurar o equilíbrio nas relações de consumo, garantindo, sempre que possível, a posição do consumidor, através da proibição ou da limitação das práticas distorcidas de mercado.

Assim, a valorização de ações coletivas rompe com o “ quadro jurídico tradicional bipolarizado entre o individualismo e o estatismo, que não permite a existência de agrupamentos, além da empresa e das associações “ (Rosanvallon, 1984:93) . Trata-se de um novo processo jurídico que tem como base incentivar formas não estatais de socialização. Por outro lado, redefine o papel do Estado, quando reconhece no “consumidor a parte mais fraca na relação de consumo não dispondo dos conhecimentos técnicos e da visão de mercado que tem o fornecedor, legitimando o Estado a restabelecer o equilíbrio nos negócios ( daí não se denominar Código das relações de Consumo ) ” (Souto Vilela,1994:70).



“O fundamental para esse comportamento intervencionista do Estado, através do Direito, é o reconhecimento das desigualdades sociais, físicas, intelectuais e econômicas, principalmente que levariam qualquer relação jurídica ao desequilíbrio. Como o privilégio à autonomia privada pressupõe igualdade entre as manifestações de vontade, cabe ao Estado o papel de recompor esse equilíbrio ” (Souto Vilela, 1994:62) .

No caso brasileiro, a defesa do consumidor foi tratada inicialmente pela Secretaria de Coordenação da Defesa dos Direitos Individuais e dos Interesses Difusos, criada pelo Ministério Público no ano de 1985, encarregada da proteção dos direitos humanos, direitos do consumidor e do patrimônio histórico, artístico, cultural e ambiental, entre outros direitos da sociedade.

Com a Constituição de 1988 foram estabelecidos os fundamentos constitucionais para elaboração do Código de Defesa do Consumidor, sendo que a “ codificação ” deu-se pelo reconhecimento da necessidade de se adotar um instrumento geral para o ordenamento do mercado de consumo, o que foi declarado constitucionalmente no Artigo 1º do Código que trata das relações de consumo.

A base Constitucional do Código de Defesa do Consumidor brasileiro, apresenta-se assim expressa:

§ XXXII do Art. 5 da Constituição Federal, que trata dos direitos e deveres individuais e coletivos, verbis:

“ impõe ao Estado promover na forma de lei, a defesa do consumidor”.

- Artigo. 48 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, verbis:

“ o Congresso Nacional, dentro de cento e vinte dias da promulgação da Constituição, elaborará o Código de Defesa do Consumidor “.

§ VIII do Art.24 da Organização do Estado que trata sobre legislação concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal:

“ responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico ” .

No dia 12 de setembro de 1990 foi sancionado o Código de Defesa do Consumidor Lei nº 80.078, o qual entrou em vigor em 11 de março de 1991 e instituiu o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor

Art.105 - Integram o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor

- SNDC - os órgãos federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais e as entidades privadas de defesa do consumidor.

**Cabendo-lhes:**

- I - planejar, elaborar, propor, coordenar e executar a política nacional de proteção ao consumidor;**
- II - receber, analisar, avaliar e encaminhar consultas, denúncias ou sugestões apresentadas por entidades representativas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado;**
- III - prestar aos consumidores orientação permanente sobre seus direitos e garantias;**
- IV - informar, conscientizar e motivar o consumidor através dos diferentes meios de comunicação;**
- V - solicitar à polícia judiciária a instauração de inquérito policial para a apreciação de delito contra os consumidores, nos termos da legislação vigente;**
- VI - representar ao Ministério Público competente para fins de adoção de medidas processuais no âmbito de suas atribuições;**
- VII - levar ao conhecimento dos órgãos competentes as infrações de ordem administrativa que violarem os interesses difusos, coletivos ou individuais dos consumidores;**
- VIII - solicitar o concurso de órgãos e entidades da União, Estados, do Distrito Federal e Municípios, bem como auxiliar a fiscalização de preços, abastecimento, quantidade e segurança de bens e serviços;**

IX - incentivar, inclusive com recursos financeiros e outros programas especiais, a formação de entidades de defesa do consumidor pela população e pelos órgãos públicos estaduais e municipais;

X -(VETADO)

XI - (VETADO)

XII - (VETADO)

XIII - desenvolver outras atividades compatíveis com suas finalidades.

A organização do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor reafirma o caráter público do Estado, através da descentralização governamental de suas ações, que tem como fator principal a elevação do Município ao papel de um ente político da federação.

No campo constitucional esta reorganização está prevista no artigo 29º da Constituição Federal, que trata da autonomia municipal, assegurando a sua capacidade de auto-organização, ao delegar aos Municípios a elaboração da Lei Orgânica, o que permitiu a adequação dos princípios constitucionais, no caso a defesa do consumidor, às diferentes realidades locais.

No Município de Sertãozinho, a Defesa do Consumidor foi contemplada na Lei Orgânica, promulgada em 04 de abril de 1990, com um capítulo específico, dispondo o seguinte:

“Art.245 - O Município promoverá a Defesa do Consumidor mediante adoção de política própria e de medidas de orientação e fiscalização definidas em lei.

§ 1- A lei definirá também os direitos básicos dos consumidores e os mecanismos de estímulo à auto-organização da defesa do consumidor, de assistência judiciária e policial especializada e de controle de qualidade dos serviços públicos.

§ 2-No prazo de seis meses, contados da publicação desta lei, será implantado o órgão municipal, devidamente estruturado, para o fim previsto neste artigo” ( Lei Orgânica Municipal de Sertãozinho).

Essa reconfiguração dos espaços locais, “ enquanto um espaço substantivo de ação e decisão ” (Spink, 1993), apresenta-se como o primeiro passo para a experimentação de novas práticas sociais pois resgata o papel democrático - participativo do Município, tornando-o o logus próprio do exercício pleno da cidadania.

## **1.5 - As Convenções Coletivas de Consumo**

As Convenções Coletivas de Consumo são um mecanismo de regulação das relações de consumo, previsto no Código de Defesa do Consumidor Art. 107. (Vide Anexo 1) Trata-se de um acordo entre

categoria econômica. Esse acordo tem caráter normativo, porém sua validade fica restrita a seus associados, devendo ser registrado em cartório de registro de títulos e documentos.

É um mecanismo semelhante às convenções do direito do trabalho, onde se vislumbra a possibilidade de auto-regulamentação das relações de consumo, dentro dos parâmetros da lei. A Convenção Coletiva de Consumo é uma inovação que permitirá às associações e sindicatos representativos dos dois polos da relação de consumo, a fixar procedimentos comuns relativos aos produtos e serviços.

Nesta perspectiva de intervenção no mercado de consumo, dois aspectos podem ser considerados:

- 1) A auto regulação diminui a presença do Estado na vida das empresas e do cidadão, com evidente economia e menor sobrecarga da administração pública.
- 2) A convenção, sendo obrigatória e atingindo filiados das entidades signatárias, enseja a formação de grupos fechados que podem impedir a livre escolha e a livre concorrência.

A interpretação da Defesa do Consumidor, enquanto instrumento de democratização das relações sociais, através de mecanismos públicos como as Convenções Coletivas de Consumo, insere-se como idéia mestra de uma nova cidadania , que para Fábio Konder Comparato, “ consiste em fazer com que o povo se torne parte principal

do processo de seu desenvolvimento e promoção social: é a idéia de participação “ (1993:92) .

## **CAPÍTULO II**

### **O Caso de Sertãozinho**

Nos últimos anos, a sociedade civil vem assumindo um papel decisivo no desenvolvimento de novos processos sociais. São iniciativas que apresentam alternativas concretas de gestão dos problemas locais, ao mesmo tempo em que criam espaços que estimulam a convivência social. Buscando analisar o mecanismo das Convenções Coletivas de Consumo, dentro deste novo contexto, elegeu-se o caso de Sertãozinho, ocorrido durante os anos de 1990 à 1992.

Para uma melhor compreensão da experiência organizou-se a apresentação do caso, da seguinte forma:

- na primeira parte, a caracterização do Município buscando demonstrar como se estrutura o conflito na sociedade sertanezina.
- na segunda parte, o caso de Sertãozinho e o mecanismo das Convenções Coletivas de Consumo.

#### **2.1 - Caracterização do Município de Sertãozinho**

O Município de Sertãozinho localiza-se a 305 Km da capital de São Paulo, região Norte, pertencendo à microrregião de Ribeirão Preto



e inserida na 6ª Região Político - Administrativa do Estado. Em 1991, o município de Sertãozinho contava com uma população de 106.809 habitantes, sendo que a população rural era de 73.036, mais da metade da população. (Fonte: SEADE, 1991)

A região de Ribeirão Preto constitui-se numa das áreas mais dinâmicas do Estado, composta por 24 Municípios tendo o setor primário como atividade predominante. O setor sucro - alcooleiro da região é o mais importante do país. O IAA " Instituto do Açúcar e do Alcool " , em publicação realizada no ano de 1990, colocava que 25% de todo o álcool produzido nacionalmente provinha desta Região, já a citricultura era responsável por 38% da produção de laranja do Estado " (São Paulo, em Exame, 1990:19).

O desenvolvimento econômico, político e cultural desta região e do Município de Sertãozinho foram marcados por três momentos fundamentais na história econômica brasileira:

- “- o primeiro, conhecido como o ciclo do café;
- o segundo, a formação da economia agroindustrial;
- o terceiro, a instalação do Programa Nacional do Alcool Proálcool “ ( Reis, 1995:3) .

Esses três períodos se assemelham pela ação conjunta do capital nacional e do governo num movimento de concentração do capital que tinha como objetivo inserir a economia brasileira no mercado mundial. Este tipo de intervenção fez com que os interesses

regionais e locais fossem submetidos a interesses e necessidades externas, o que faz com que a “atuação territorial destas localidades caracterize-se por um domínio espacial, abrangido por práticas de poder que extrapolam os limites legais do local “ (Davidovich, 1993:10).

Assim, a representação de um poder, em poder local, expressa-se através de uma estrutura econômica, política e social que fazem parte de uma trajetória histórica, que no caso de Sertãozinho, tem como principal interlocutor o modelo de desenvolvimento gerado pela cana - de - açúcar.

A cultura da cana-de-açúcar foi introduzida na região durante a crise de 1929, com o declínio da cultura cafeeira que predominava nesta época no nordeste paulista.

“Com a destruição dos prédios das antigas colônias do café, os trabalhadores foram despejados das antigas fazendas, migrando para as áreas urbanas, onde se instalaram em bairros de periferia mal - equipados, transformando-se em assalariados temporários, também chamados de volantes ou bóias - frias ” (Gnaccarini, 1991: 86).

Como o cultivo da cana-de-açúcar necessita de mão-de-obra apenas nos períodos de colheita, o problema do desemprego, que já existia tornou-se crônico nos períodos de entressafra. Passaram a predominar na região as atividades de curta duração (empreitadas), que

são baseadas no sistema de turmas e intermediadas por “gatos” (empreiteiros rurais). E como consequência direta deste tipo de relação de trabalho, desencadeou-se todo um processo social que se caracterizou da seguinte forma:

“migração, má remuneração do trabalho, relações empregatícias clandestinas, alto índice de acidentes do trabalho e inserção no mercado da mão-de-obra feminina e infanto - juvenil em condições subumanas ” ( Ianni,1984: 89).

As relações de produção, com a introdução deste tipo de cultura, também passaram a sofrer profundas modificações com as pequenas propriedades aglutinando-se aos latifúndios de diversos modos:

“aquisição do título de propriedade (concentração da propriedade jurídica da terra), seja através de artifícios contratuais (contratos de arrendamento e de fornecimento), que embora mantenham nominalmente a propriedade em nome do pequeno agricultor (o título jurídico), transferem à agro - indústria o uso e gozo dos meios de produção e/ou a apropriação dos bens produzidos (concentração da propriedade econômica da terra). Em face de uma política agrícola voltada aos interesses dos grandes proprietários e das grandes empresas agrícolas, os médios e pequenos agricultores sujeitam-se a cláusulas contratuais impostas

pela empresa monocultora, visto que não têm acesso aos créditos e estão impossibilitados de fazer os investimentos necessários a uma economia de escala e a uma agricultura tecnologicamente avançada ” (Gebara, 1978:36).

Tal processo foi intensificado com a implementação do Programa Nacional do Álcool ( Proálcool ) no início da década de 70, política de apoio governamental à produção do combustível derivado da cana-de-açúcar, que introduziu na região mudanças na estrutura do setor secundário ao proporcionar o surgimento de novas indústrias do ramo como ampliações das usinas existentes.

“Este programa se sustentou (e se sustenta), em um esquema de privatização de fundos públicos. São projetos agro - industriais privados financiados com recursos públicos, cujos custos financeiros são altamente subsidiados ” (Gnaccarini, 1991:85).

Com a implantação do programa do Proálcool na cidade de Sertãozinho, criou-se no Município, um parque metalúrgico para dar suporte às usinas e destilarias produtoras de açúcar e álcool da região. Este processo gerou um crescimento em relação ao número e à dimensão das usinas ali implantadas, bem como às indústrias de equipamentos pesados. Segundo dados do “ Centro das Indústrias de Sertãozinho” (CEISE), entidade representativa do patronato industrial

local, em 1994, o Município de Sertãozinho congregava as 36 maiores empresas metalúrgicas da região ” (Goulart; 1994:39).

É interessante observar que até a introdução do Proálcool, a órbita de interesse girava em torno da usina que ocupava um papel de agência econômica e política no campo e na cidade, fortalecendo a influência e o poder do usineiro em todos os aspectos da vida do Município.

Com o processo de modernização da agroindústria, esta órbita de interesses foi ampliada com a entrada de novos grupos sociais dotados de interesses próprios, como fabricantes de automóveis, de equipamentos para usinas, destilarias e fornecedores, trabalhadores, ecologistas e consumidores.

Estes fatores influenciaram diretamente na política partidária local, tornando o Município de Sertãozinho atípico das demais regiões, pois já nas eleições municipais de 1976, em plena ditadura militar, o MDB, único partido de oposição no Brasil, conseguiu eleger seu candidato à prefeitura da cidade.

A organização dos trabalhadores, representada pelo movimento sindical na região, era hegemonizada até o ano de 1984, pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (Fetaesp), que congregava os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), e tinha um perfil conservador, impedindo a organização e a luta efetiva dos trabalhadores rurais. Depois da greve de 1984, centrada no

Município de Guariba, novas lideranças surgiram fortalecendo o movimento e, em 1989, foi fundada a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp), formada pelos novos Sindicatos dos Empregados Rurais Assalariados ( SER ).

Com o processo de industrialização, a população de Sertãozinho passou a contar com um grande contingente de trabalhadores metalúrgicos, representados, enquanto categoria, pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Ribeirão Preto, Sertãozinho e Região e filiado à CUT, o que deu um novo perfil ao movimento sindical através de uma atuação mais combativa.

"A luta dos trabalhadores por melhores salários e condições de trabalho contribuiu também para a formação de uma nova cultura no Município, fruto dos conflitos inerentes na relação entre capital trabalho que acabaram sendo assimilados pela população, como naturais, as relações sociais " (Goulart, 1994 :39).

## **2.2 - As Convenções Coletivas de Consumo no Município de Sertãozinho.**

No ano de 1990 foi implantada uma nova política econômica pelo governo do então presidente eleito Fernando Collor que, iniciou um processo de recessão atingindo as indústrias de base em todo o país. O

impacto da crise em Sertãozinho veio somar a redução de investimentos e incentivos governamentais ao Proálcool que já vinha afetando o Município deste a década de 80.

A redução de incentivos governamentais gerou a diminuição da demanda por equipamentos, serviços e peças de reposição da agroindústria, o que provocou uma onda de inadimplência nas empresas metalúrgicas que estavam construindo novas usinas e destilarias e haviam adquirido equipamentos para instalação de seus projetos com verbas de financiamentos governamentais.

As estratégias adotadas pelo setor metalúrgico para contenção dos gastos foram as seguintes : redução da jornada de trabalho e a retração dos aumentos salariais. Foram medidas que não obtiveram êxito, pois não havendo encomendas, o retorno dos investimentos estava comprometido com as inadimplências.

As relações entre empresários e trabalhadores passaram a apresentar momentos de enfrentamento, principalmente em períodos de negociações salariais: por um lado, a atuação do Sindicato começou a ser mais combativa, deflagrando greves e estratégias de pressão para o aumento salarial, do outro, as empresas pressionando para a diminuição dos índices de aumento.

Neste período, começaram também a ocorrer mudanças no quadro político local, com a ativação do Partido Comunista do Brasil, o surgimento do Partido dos Trabalhadores e a criação da Central Única

dos Trabalhadores, que passaram a influenciar os Sindicatos locais e conseqüentemente, os processos de negociações. Mas, apesar das greves e manifestações, as empresas continuaram demitindo e algumas delas chegaram a fechar.

“Os conflitos trabalhistas eram permeados por forte polarização de ordem político-partidária, de tal forma que qualquer indício de conotação partidária, sobretudo se por parte dos trabalhadores, era suficiente para a recusa do diálogo pelos empresários e representantes da elite econômica, inclusive no poder público. Especialmente no caso do setor metalúrgico, podia-se dizer que já não havia diálogo e as relações foram ficando cada vez mais difíceis ” (Reis, 1995:37).

Frente a dificuldades de diálogo com os sindicatos, as comissões de fábricas passaram a assumir um papel importante no entendimento entre os trabalhadores e a direção das empresas. A primeira comissão criada foi na Fábrica Zanini em setembro de 1989, composta de 11 representantes de cada setor da empresa. Além da Zanini outras empresas implantaram comissões tais como a AKZ Compressores e a Moreno Equipamentos Pesados.

Esta mudança de estratégia de atuação deu-se pela própria tomada de consciência dos trabalhadores, quanto à gravidade da



situação econômica, como revelava o Presidente da Comissão de Fábrica da Zanini, Paulo César Cardoso, na época:

“Não havia pique para a greve. Realmente a situação estava difícil (....) porque o melhor momento para se fazer greve, quem sabe realmente são os próprios trabalhadores. Qual é a situação da fábrica ? Está abarrotada de serviço ? Então é o momento de a gente brigar (....) se está tudo parado, ou fazendo um negocinho aqui, outro ali... é porque não está fácil realmente, e pode perder o emprego “. <sup>1</sup>

Apesar da pressão dos sindicatos e dos esforços das comissões, com o agravamento da crise em função da implantação do Plano Collor, o quadro era de demissões em massa nas indústrias locais.

“A maior delas - Zanini Equipamentos Industriais S/A - tinha demitido 250 operários em novembro e prometia a dispensa de mais 300 até o final daquele ano” (Goulart, 1994:39) .

Frente a tal situação, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Élio Cândido, procurou o promotor de justiça Marcelo Pedroso Goulart, visando o auxílio na busca de soluções que amenizassem o impacto da recessão no Município.

A atitude do promotor foi convocar as partes interessadas na busca de um entendimento, sendo que as reuniões iniciais foram

---

<sup>1</sup> Paulo César Cardoso entrevista concedida à Maria Stella Reis in Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais - Do Pacto Social ao Fórum Democrático: Uma História de Participação e Conquista, defendida no ano de 1995 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. (Mimeo)

realizadas separadamente, em função da resistência que os empresários tinham em relação ao sindicato dos metalúrgicos, o qual era acusado de radicalismo.

Mas apesar de toda a resistência, a atuação do promotor foi positiva, conseguindo viabilizar as reuniões, mesmo com a participação parcial dos usineiros.

No mês de dezembro de 1990, iniciaram-se as primeiras reuniões nas quais participaram todos os sindicatos de trabalhadores urbanos com base no Município e comissões de fábricas, destacando-se o Sindicato dos Metalúrgicos, o da Alimentação, o dos Bancários e o dos Funcionários Públicos Municipais. O Centro das Indústrias de Sertãozinho ( CEISE ) e a Associação Comercial e Industrial ( ACI ) representaram o empresariado urbano. Também estavam presentes diversas associações de bairro, o Centro de Direitos Humanos, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Igreja Católica e uma das vertentes das Igrejas Evangélicas, além da Prefeitura Municipal e vereadores, sendo que a mediação coube ao Ministério Público.

“O envolvimento de diferentes atores sociais na formação do pacto foi fundamental para sua consolidação, o que descaracterizou qualquer conotação partidária. Este foi um fator importante tendo em vista o meio conservador pouco acostumado ao diálogo e á negociação, em que as

possibilidades de choques e impasses entre o sindicato e os patrões eram bastante elevadas ” (Motta, 1994: 181).

Outro fator importante que se destacou no desenvolvimento da experiência (Motta, 1994 ;Reis, 1995) foi o papel desenvolvido pelo mediador (promotor público local ), que por não manter nenhum vínculo econômico ou político-partidário, e em função de sua atuação junto a alguns movimentos sociais, voltada significativamente para a proteção dos trabalhadores e da comunidade em geral contra as ilegalidades praticadas pelos usineiros, empreiteiros de mão-de-obra, empresariados e até autoridades locais, deu-lhe legitimidade para atuar como o articulador do pacto e tornar-se um canal institucionalizado de intermediação entre a comunidade e os detentores do poder econômico. Por outro lado, o significado e importância de que goza o Ministério Público, na cidade de Sertãozinho, contribuíram positivamente para o respeito, pelo menos formal, pelas elites e autoridades locais.

As primeiras reuniões tiveram como objetivo central interromper as demissões e o resultado obtido foi o estabelecimento de critérios entre os trabalhadores e empresários para a realização das demissões, tais como: ” demissões voluntárias, de aposentados, de solteiros, que não fossem arrimo de família ” (Reis, 1995: p.40).

“A primeira negociação realizada pelo pacto foi a demissão anunciada em novembro de 90, sendo que em janeiro de

1991, a empresa Zanini reduziu o número de demitidos para 175, garantindo Assistência Médica e o fornecimento de cestas básicas por três meses aos demitidos ” ( Goulart, 1994:39).

Esta abertura ao diálogo gerou um sentimento de compromisso entre os participantes, o que fez com que os empresários se comprometessem a comunicar as possíveis demissões, para que estas fossem discutidas e analisados os seus impactos.

Com o andamento das reuniões, surgiram várias propostas de assistência aos desempregados, o que passou a exigir uma maior atuação do poder público local, que contribuiu parcelando os impostos e taxas e garantindo o fornecimento de água e energia elétrica aos devedores.

Tais medidas fizeram com que a experiência de Sertãozinho começasse a atingir uma projeção nacional com sua veiculação em jornais da imprensa nacional:

“Para se ter idéia do êxito inicial desse pacto localizado, ele já conseguiu impedir a demissão dos 125 trabalhadores da metalúrgica Zanini e mudou o critério de dispensas. Inicialmente, a empresa iria demitir 300 empregados. Após negociação, no pacto, a empresa concordou em cortar apenas 175 empregados, ainda assim, promover consultas para demissões voluntárias”. (JB, 17/2/1991).

“Pacto que deu certo. Frente evita os riscos da crise em Sertãozinho “ (JB, 7/4/1991) .

“ Pacto Caipira derrota a recessão (...) Um acordo de cavalheiros, em que nada é escrito nem assinado, não depende de leis e parte da própria sociedade civil(...) com mediação do Ministério Público.” ( Caderno O País, de O Globo, 19/05/91) .

“Em Sertãozinho, O Pacto Social funciona (...) os pactuantes estão achando que o Município pode ser semente de um pacto estadual, quem sabe nacional (...) Todos perderam um pouco, mas todos vão ganhar (...) A CUT abriu mão da questão ideológica e se dispôs a salvar o empregado trabalhador, esquecendo as greves e outras bandeiras de luta. A indústria fez sua parte e comprimiu custos para não demitir (...) e o poder público ajudou, mas teve a prudente atitude de se manter fora das negociações, não interferindo nas decisões “ (JT, 26/2/1991) .

Em janeiro de 1991, houve uma denúncia da comissão de fábrica da Zanini que realizava um trabalho de acompanhamento dos preços e produtos que compunham a cesta básica, para subsidiar as

negociações salariais. A comissão verificou, em pesquisa aos supermercados locais, um aumento nos preços dos alimentos e produtos de limpeza de 48% contra uma inflação de 25%, registrada no país. Esta variação foi comunicada à imprensa local e imediatamente acrescentada na pauta das reuniões do pacto.

“Em Sertãozinho e na vizinhança Ribeirão Preto, por exemplo , as comissões descobriram que houve aumento de 48% nos preços de 39 produtos de alimentação e limpeza em janeiro. A mesma comissão apurou que se, os preços fossem fixados em BTN's teria havido aumento de 23,49% e, cotados em dólares, os preços também disparavam 25,43%. “ Isso significa”, diz Pedroso Goulart, “que mesmo que o trabalhador recebesse em BTN's ou em dólares seu salário teria sido corroído da mesma forma ” (JB, 17/2/1991).

A medida adotada pelos representantes do pacto foi convocar para uma reunião, o Presidente da Associação Comercial e Industrial de Sertãozinho - Oswaldo Pontes o qual, além de não conseguir justificar os aumentos, gerou um clima de insatisfação entre os participantes da reunião.

Em função do não esclarecimento das denúncias, a imprensa local divulgou o resultado negativo da reunião e culpou os comerciantes

locais pela falta de explicação quanto ao aumento dos preços nos supermercados locais.

Tal situação, levou o coordenador do pacto a convidar os donos dos supermercados locais a participarem de uma reunião, já que os mesmos estavam sendo prejudicados publicamente através da imprensa local e até o momento não tinham podido argumentar os seus motivos quanto ao aumento dos preços.

Foi convocada uma reunião extraordinária em 8 de fevereiro de 1991, a qual foi realizada no plenário da Câmara Municipal, onde participaram os principais comerciantes locais, Vereadores, o Coordenador da Comissão de Fábrica da Zanini, o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos.

“Munidos de provas documentais do ano anterior, os supermercadistas justificaram, na frente dos participantes da reunião do pacto, a alta de preços em seus estabelecimentos como sendo resultado do repasse de custos, inclusive apresentando notas fiscais” ( Reis, 1995:46).

A partir da entrada dos comerciantes, abriu-se um leque maior de negociação, que foi percebido pelos integrantes do pacto que aproveitaram o momento, bastante oportuno, para levantar alternativas que pudessem ser pensadas e operacionalizadas, pois os donos dos

supermercados estavam mobilizados para reverter a visão negativa que se criou na sociedade local em relação ao setor.

Primeiramente, os participantes chegaram ao consenso de que não havia outra forma de resolver o problema no Município, a não ser pela iniciativa dos próprios atores envolvidos.

A alternativa encontrada foi a de montar uma cesta básica de 14 produtos, sobre os quais foi limitada uma margem de lucro de 12%, incluindo o custo operacional da loja.

Mais uma vez a presença do coordenador do pacto (promotor público) foi de extrema importância, pois como tinha conhecimento da nova legislação que estava para entrar em vigor com o Código de Defesa do Consumidor, adotou a mesma sistemática proposta nas Convenções Coletivas de Consumo para que, posteriormente, caso a experiência fosse bem sucedida, pudesse ser formalizada. O acordo previu que os preços seriam controlados inicialmente até o final de fevereiro, para que se pudesse avaliar a sistemática adotada.

Como o trabalho das comissões já era uma prática comum dos sindicatos, a mesma forma organizacional foi adotada pelos integrantes do pacto que, após realizarem o acordo sobre o controle dos preços, criaram uma comissão intersindical para fiscalização dos preços.

O resultado do acordo mostrou-se positivo. Tanto que, durante o processo de acompanhamento, a comissão de fiscalização verificou que o preço da cesta básica naquele mês havia sido praticado abaixo



do preço estabelecido pela Sunab. Decidiram então manter a sistemática que, com o passar do tempo, foi sendo aperfeiçoada. No início do mês de março, a cesta básica vendida em Sertãozinho apresentava um índice de 13,99% abaixo da tabela.

Assim, o controle dos preços passou a fazer parte das discussões nas reuniões do pacto, o que contribuiu para aumentar o número de participantes nas reuniões. Além das lideranças sindicais e empresariais, novos grupos sociais passaram a participar, como movimentos de bairro e outras categorias de classe.( Vide Anexo - 2) As pautas das reuniões do pacto eram publicadas no jornal local e as reuniões passaram a ser realizadas no Plenário da Câmara Municipal e abertas a toda população.

Em 11 de março de 1991, entrou em vigor o Código de Defesa do Consumidor Lei nº 8.078 / 1. No dia 14 de março, durante a nona reunião do pacto foi assinada a Convenção Coletiva de Sertãozinho, com ampla divulgação na imprensa nacional.

“Assinaram a Convenção, de uma parte, os sindicatos dos metalúrgicos, dos funcionários públicos municipais, dos bancários, dos empregados rurais assalariados, dos empregados das indústrias alimentícias, dos condutores, empregados da construção civil, dos empregados do comércio e dos desenhistas e, de, outra parte, os supermercados Savegnago e Gimenez. A Convenção

previa a limitação da margem de lucro ao índice máximo de 12% sobre o “preço do produto” (cobrado pela indústria , incluindo o ICMS) para o preço de venda ao consumidor das mercadorias da cesta básica definida (14 produtos). Foi estabelecida a vigência de seis meses, com possibilidade de prorrogação, podendo seu conteúdo ser revisto após 60 dias, devido a eventuais mudanças na política econômica federal. Conforme a 8º cláusula da Convenção, institucionalizou-se uma comissão intersindical para fiscalização dos preços ” ( Ata da Convenção Coletiva de Consumo de Sertãozinho - 14/03/91 - (Vide Anexo - 3) .

A Comissão passou a acompanhar os preços, realizando a cotação dos produtos diretamente nas prateleiras dos supermercados e produzindo relatórios semanais que, além de serem apreciados pelos participantes da Convenção, eram enviados ao Governo Estadual e Federal, caso houvesse alguma irregularidade.

Outro fator que contribuiu para manter a confiança entre os participantes foi a “garantia de livre acesso da comissão de preço aos livros contábeis e arquivos das empresas, para obtenção das informações necessárias à fiscalização, permitindo a constatação dos preços cobrados pela indústria e atacado” (Goulart, 1994:40).

O pacto, ao adotar o mecanismo da Convenção Coletiva de Consumo, deu um salto qualitativo para a democratização das relações

sociais no Município, que até o momento encontrava-se polarizada entre os trabalhadores sindicalizados e o empresariado local. Com a ampliação dos atores sociais, no caso os comerciantes, incluiu-se um tema nas reuniões que afetava a sociedade sertanezina como um todo: o controle e formação dos preços.

O impacto positivo desta experiência despertou o interesse de outros setores da cidade, e no mês de abril, por sugestão da Associação de Farmácias de Sertãozinho, que passou a participar das reuniões do pacto, a comissão de preços passou a acompanhar os preços dos medicamentos e produtos de higiene, resultando em outubro de 91, na assinatura de uma outra Convenção Coletiva de Consumo na área de medicamentos.(Vide Anexo - 4)

A utilização de um mecanismo institucional também exigiu a organização das instâncias de representação local, para que se fizessem representadas. A interpretação de espaço público sugerida por Francisco de Oliveira caracteriza bem esta situação: “a criação de espaços que não serviriam para anular os conflitos, e sim para reafirmar os interesses de cada um, com atores estrategicamente colocados que, a partir de seus interesses, moldariam ou tentariam moldar uma determinada política ” (1994:13).

A atuação dos comerciantes no pacto é o exemplo desta situação, pois iniciaram a sua participação apenas com o objetivo explícito de se defenderem das denúncias veiculadas pela imprensa. À

medida em que foram se envolvendo nas reuniões do pacto, apresentando explicações sobre o aumento dos preços, e depois na formalização da Convenção Coletiva de Consumo, despertaram para a importância do espaço que estava sendo construído. Além do fator concreto que foi um aumento nas vendas dos supermercados locais, os comerciantes sentiram a necessidade de se organizarem trocando a direção da Associação Comercial, por considerá-la incapaz de defendê-los. Este fato se concretizou nas eleições, quando elegeram nova diretoria, sendo que a presidência da entidade ficou com o proprietário da rede de supermercados Gimenez, que teve uma atuação de destaque nas reuniões do pacto.

O aprendizado obtido com a experiência das Convenções Coletivas de Consumo gerou um sentimento de co-responsabilidade entre os participantes, o que pode ser verificado pelo depoimento do Sr. José Gimenez, proprietário do supermercado Gimenez :

“acabou sendo uma coisa gratificante, porque se viu que o comércio da cidade não se omitiu, veio ao encontro, trabalhou, então juntos, fez o que pôde e acabamos passando esta época difícil”.<sup>2</sup>

“ a coisa realmente era interessante porque era uma participação de toda a sociedade, todo mundo levando os problemas, o setor industrial, comércio, setor agrícola.

---

<sup>2</sup> José Gimenez entrevista concedida à Maria Stella Reis in Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais - Do Pacto Social ao Fórum Democrático: Uma História de Participação Conquistada, defendida no ano de 1995 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. (Mimeo)

Qualquer assunto poderia ser abordado, mesmo que fosse específico. Tinha esse grupo participante, que discutia (...) cada um procurando dar sua colaboração naquele momento difícil ”.<sup>3</sup>

Tais palavras refletem a idéia de pluralidade que norteou a experiência, onde a participação de diferentes atores sociais foi a base de legitimação e sustentação para criação de um espaço propício à negociação.

Vários temas referentes ao Município passaram a compor a pauta das reuniões do pacto e para cada problema levantado convocavam-se os principais atores envolvidos e se definia uma pauta feita pelo coordenador do pacto com auxílio da secretaria da Câmara Municipal, da secretaria do CEISE e da própria imprensa local. Sendo que, a introdução de outros problemas na pauta de discussão do pacto ampliou o espaço de intervenção dando-lhe um novo caráter, e em maio de 91, o pacto passou a ser denominado Fórum Democrático de Sertãozinho.

A primeira fase do Fórum limitou-se a questões de âmbito conjuntural, obtendo resultados positivos tanto dentro como fora do Município, o que possibilitou a continuidade das reuniões e o tratamento de questões estruturais relativas ao interesse local e ao modelo de desenvolvimento regional e suas implicações para a localidade.

---

<sup>3</sup> Idem.

No ano de 1992, o Fórum tornou-se um espaço de referência em Sertãozinho, onde as decisões mais importantes não eram tomadas sem antes passarem pela avaliação de seus participantes. A divulgação, pela imprensa local, da experiência em desenvolvimento, acabou exercendo pressão sobre vários setores dos poderes constituídos, que passaram a ser pressionados a participar das reuniões.

A experiência de Sertãozinho, a partir deste momento, começou a desenvolver um tipo de participação que apresentou níveis cumulativos de associação dos grupos populares, quando a ação passou a gerir valores que nortearam novos comportamentos.

O que pode ser percebido nas intervenções realizadas pelos participantes do Fórum, nas reuniões:

O Dr. Marcelo Goulart: “ Solicito aos Sindicatos que entrem em contato com o DIEESE para verificar a inflação do município e que fiscalizem as Convenções Coletivas de Consumo. O Sr. João Rocha: “ O fato do desconto ser dado apenas aos associados que possuem carteirinha não é uma espécie de discriminação ? “. O Dr. João dos Reis Oliveira: “ Concordo com o João Rocha, a Constituição assegura o direito da não associação em Sindicatos, deveríamos aprimorar a Convenção Coletiva dos remédios e estender os benefícios a toda categoria “. O Sr. Antônio Guerreiro: “

Acho justo que os benefícios recaiam apenas aos associados, àqueles que se sindicalizem, é uma forma de fazer com que o trabalhador procure o seu Sindicato. Todo trabalhador pertence a uma categoria e todos os Sindicatos assinaram o convênio. O Sr. Alexandre Ramos: “As associações de Bairros deveriam participar dessa convenção”. O Dr. Marcelo Pedroso Goulart: Não há reserva de mercado para os Sindicatos, acontece que eles trabalharam no sentido de firmar a convenção e o fizeram” (Ata do Fórum Democrático de Sertãozinho, 13/02/1992 ).

“Sr. Sebastião Honório: “ O Código de Defesa do Consumidor já aniversariou e muitas vezes não é cumprido. A Portaria da SUNAB é clara quando diz que na falta de pão francês, qualquer tipo de pão deve ser vendido ao mesmo preço. Algumas padarias não estão fazendo isso, querem enganar o consumidor dizendo que rosca não é pão”. O Dr. Marcelo Pedroso Goulart: “ Realmente na falta do pão francês, qualquer tipo de pão deve ser vendido ao mesmo preço, as padarias que aumentem a produção do pão francês, para que não falte” (Ata da Reunião do Fórum Democrático de Sertãozinho, 12/03/92).

“O Dr. Antônio Machado coloca em discussão o 3º ponto de pauta: Filas nos Bancos. O Sr. Carlos Alberto de Oliveira Júnior : “ Nosso Sindicato está extremamente preocupado com as imensas filas nos bancos e para minimizar os problema elaboramos uma campanha, na tentativa de mobilizar os diversos segmentos de nossa sociedade. A raiz do problema em nosso entendimento, são as demissões em excesso. O Bradesco demitiu 16.555 funcionários de 1991 para cá, sendo que seu lucro líquido, no período, foi da ordem de CR\$ 173 bilhões. O Sindicato dos Bancários, baseado no Código de Defesa do Consumidor, está tomando medidas, pois o problema é sério, têm aposentados do INPS morrendo nas filas. Pensamos em elaborar um ofício e, via fórum, encaminhar à FEBRABAN ” ( Ata da Reunião do Fórum Democrático de Sertãozinho, 26/05/1992) .

A participação de setores estratégicos também se apresentou como um fator para a consolidação do Fórum, enquanto um espaço de resolução dos problemas da cidade, o que passou a delinear um projeto alternativo e auto-sustentável para o Município, onde as pessoas constatarem a necessidade de se integrar em práticas co-responsáveis.



Dentre as propostas formuladas pelo pacto destacaram-se a criação de um novo distrito industrial e de um cinturão verde em torno do Município, que expressaram o grau de amadurecimento conquistado pelo grupo através da prática concreta do controle dos preços.

“A criação de um novo distrito industrial, através da instalação de microempresas, originou-se pelo aprofundamento das discussões sobre os altos preços praticados pelos supermercados no Município. Verificou-se que, entre os fatores que elevavam o preço dos produtos, estava o frete, pois os supermercados são obrigados a comprar grande parte de seus produtos, principalmente os agrícolas, fora da região, já que a cultura da cana ocupa mais de 90% das terras cultiváveis. Associada a esta proposta, nasceu a idéia de formação de um cinturão verde em torno do Município: uma área de um quilômetro de extensão no perímetro urbano seria obrigatoriamente destinada à policultura, para abastecimento local “ (Motta, 1994:182).

Essas propostas foram elaboradas e discutidas pelo pacto, sendo defendidas por todos os seus integrantes e também pelos proprietários dos supermercados locais. Apesar dos esforços de articulação para sua concretização, estas propostas não passaram de projetos, enfrentando barreiras políticas e burocráticas.

A partir do momento em que o pacto passou a perder o caráter “emergencial” e começou a constituir-se em uma alternativa concreta de poder, logo foi percebido pelas lideranças políticas e elites ligadas aos interesses econômicos, que acionaram os seus mecanismos de poder e veto, seja na Câmara Municipal ou no Poder Executivo, criando barreiras à aprovação ou viabilização desse tipo de proposta.

A experiência estendeu-se até junho de 1992, ano eleitoral, quando várias lideranças que participavam ativamente, candidataram-se às eleições municipais daquele ano e, por entenderem incompatíveis as atividades eleitorais com as do Fórum, acabaram se afastando, sendo que os substitutos não conseguiram levar adiante a experiência.

## **Análise e Considerações Finais**

A incorporação do mecanismo das Convenções Coletivas de Consumo à experiência de Sertãozinho, foi um exemplo de democratização das relações sociais numa perspectiva de participação e construção de uma nova cidadania, “ que é a passagem de um passado reivindicativo para uma relação mais interativa vinculada à noção do direito” ( Jacobi,1993:21).

A adoção desse mecanismo na negociação de um conflito local, no caso o aumento de preços, ampliou o campo de interesses servindo como motivação à participação de novos atores sociais no fórum de Sertãozinho. Isto permitiu à população local vivenciar novas formas de relações sociais fora da bipolarização entre capital trabalho predominante no Município.

O acordo realizado entre os comerciantes e os sindicatos transferiu a arena da coordenação dos conflitos para além do campo exclusivo do Estado, com a criação de esferas que privilegiaram processos decisórios horizontais, fundamentados nos princípios da representatividade e da participação igualitária.

Foi a construção de uma via democrática que substituiu a lógica estatal por uma dinâmica pautada na prática co-responsável e na produção de uma maior visibilidade dos problemas locais.

O restabelecimento de laços de co-responsabilidades e confiança pode ser verificado no caso de Sertãozinho com a participação do Setor Comerciante no processo de negociação dos preços e formalização das Convenções Coletivas de Consumo. A forma transparente como o setor se prontificou a participar, apresentando documentos como notas fiscais e livros contábeis, justificando o aumento dos preços em função do repasse dos custos, contribuiu para redimensionar as ações do Fórum . O Setor Comerciante que inicialmente era considerado culpado pelo aumento dos preços, passou a ser parceiro nas discussões do Fórum, na busca de alternativas para controle do aumento do custo de vida no Município.

Desta forma, a realização de parcerias e a criação de mecanismos públicos de negociação , visando à mobilização de recursos e resolução dos problemas locais, passaram ocupar o lugar dos mecanismos informais e obscuros de acesso aos centros de decisão.

A novidade destes espaços está na produção de mecanismos que aproximam a sociedade, multiplicando os espaços de composição social, gerando formas de comportamento menos individualistas e desenvolvendo elementos que possibilitam a redefinição e a própria regulação do poder local.

O Fórum de Sertãozinho ao buscar soluções para os problemas locais, como : a) a demissão anunciada pelas empresas; b) e o

aumento dos preços, gerou formas organizacionais mais flexíveis, o que possibilitou a participação de diferentes setores da sociedade no processo de tomada decisão.

O estilo descentralizado de gestão, com a criação da Comissão de Fiscalização de Preços, delineou um novo formato organizacional que facilitou a articulação e aproximação entre os diferentes atores sociais. Essas estruturas intermediárias permitiram agilizar e facilitar a operacionalização das medidas decididas coletivamente.

Neste sentido, as práticas impessoais que reforçam os mecanismos burocráticos entre a sociedade e o Estado foram substituídos práticas concretas de indivíduos e grupos, iniciando um processo de desburocratização dos canais de mediação na sociedade.

No caso de Sertãozinho, a participação passou a se desenvolver como um processo de aprendizado local sobre novas formas de gestão, onde as decisões finais foram juridicamente atribuídas aos sistemas locais, através da realização de acordos e convenções entre Sindicatos e Empresarios, o que favoreceu o aprendizado pela concessão de maior grau de autonomia as instituições sociais.

A participação Promotoria Local e do Legislativo foram decisivos para o fortalecimento do Fórum, pois ao assumirem um papel ativo nos processos de negociações, fornecendo instrumentos ou intermediando os acordos entre os vários setores sociais do Município, deram

legitimidade para o estabelecimento de regras viabilizando o jogo democrático.

O Fórum Democrático de Sertãozinho funcionou durante o período de dois anos, não havendo registro de experiências semelhantes ou o estabelecimento de novas Convenções Coletivas de Consumo, após o encerramento do Fórum.

Analizando a formação e o desenvolvimento do Fórum, pode-se levantar alguns fatores que contribuíram para o esvaziamento e posterior término da experiência.

O grande desafio vivenciado pelas organizações sociais foi conseguir acompanhar a dinâmica do processo democrático, pois se por um lado, a experiência de Sertãozinho conseguiu ampliar o quadro de participantes, superando interesses setoriais e corporativos, a falta de lideranças para ocupar os espaços políticos construídos inviabilizou a continuidade do Fórum.

Outro fator limitante para continuidade do Fórum, foi a saída do Promotor Público Local que, exercia o papel de intermediador e articulador nas negociações.

Cabendo destacar também, a não participação do setor sucro - alcooleiro, economicamente o mais importante do Município, atitude que demonstrou o atraso cultural de suas lideranças pouco acostumadas ao diálogo, e portanto despreparados para o debate.

# ANEXO - 1

## **114 IDEC - INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

### **TÍTULO V**

#### **Da Convenção Coletiva de Consumo**

**Art. 107** - As entidades civis de consumidores e as associações de fornecedores ou sindicatos da categoria econômica podem regular, por convenção escrita, relações de consumo que tenha por objeto estabelecer condições relativas ao preço, à qualidade, à quantidade, à garantia e características de produtos e serviços, bem como à reclamação e recomposição do conflito de consumo.

**§1º** - A convenção tornar-se-á obrigatória a partir do registro do instrumento no cartório de títulos e documentos.

**§2º** - A convenção somente obrigará os filiados às entidades signatárias.

**§3º** - Não se exime de cumprir a convenção o fornecedor que se desligar da entidade em data posterior ao registro do instrumento.

Convenção coletiva de consumo: trata-se de um acordo entre associações de consumidores e associações de fornecedores ou sindicatos de categoria econômica. Esse acordo tem caráter normativo, porém sua validade fica restrita a seus associados. No que se refere às pessoas associadas das entidades acordantes, durante um determinado processo o juiz poderá aplicar as normas de uma convenção coletiva de consumo. A convenção coletiva deve ser registrada no cartório de registro de títulos e documentos

**ART. 108 - ( Vetado)**

## **Anexo - 2**

### **- Lista das Entidades Participantes do Fórum Democrático de Sertãozinho**

- 1. Ministério Público**
- 2. Associação Comercial e Industrial**
- 3. Igreja Católica**
- 4. CEISE**
- 5. Rotary Aparecida**
- 6. Lions Clube**
- 7. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais**
- 8. Loja Maçônica Fides Et Labot**
- 9. Usina Santa Elisa**
- 10. Sindicato dos Motoristas**
- 11. Sindicato dos Metalúrgicos**
- 12. Sindicato dos Comerciantes**
- 13. Sindicato das Massas Alimentícias**
- 14. Sindicato dos Bancários**
- 15. Sindicato dos Desenhistas**
- 16. Sindicato da Construção Civil**
- 17. Sindicato dos Trabalhadores Rurais**
- 18. Sindicato Patronal Rural**
- 19. Sindicato dos Servidores Municipais**
- 20. Comissão Fábrica Zanini**
- 21. Comissão Fábrica Moreno**
- 22. Ordem dos Advogados do Brasil**
- 23. Imprensa - Jornal Panorama**
- 24. Imprensa - Jornal Momento Atual**
- 25. Imprensa - Rádio Educação e Cultura**
- 26. Defesa do Consumidor - Procon**



- 27. Centro dos Direitos Humanos
- 28. Associação Bairro Jardim Liberdade
- 29. Associação Bairro Alto do Ginásio
- 30. Associação Bairro Jd. Recreio Bandeirantes
- 31. Associação Bairro CJ. HAB. Costa Padrão
- 32. Associação Bairro Jd. Shangrilá
- 33. Associação Bairro Jd. Alvorada
- 34. Associação Bairro CJ. HAB. Pedro Ortolan / Jd. Das Palmeiras
- 35. Associação Bairro CJ. HAB. Maurílio Biagi
- 36. Executivo - Prefeito Municipal
- 37. Legislativo - Todos os Vereadores

## ANEXO - 3.

### CONVENÇÃO COLETIVA DE CONSUMO

Entre as partes SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS METALURGICAS, MECANICAS E DE MATERIAL ELETRICO DE RIBEIRAO PRETO, SERTÃOZINHO E REGIÃO, SINDICATO DOS FUNCIONARIOS PUBLICOS MUNICIPAIS DE SERTÃOZINHO, SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS DE RIBEIRAO PRETO E REGIÃO, SINDICATO DOS EMPREGADOS RURAIS ASSALARIADOS DE SERTÃOZINHO e SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE MASSAS ALIMENTÍCIAS E BISCOITOS, DO AZEITE E OLEOS ALIMENTÍCIOS, DE PANIFICAÇÃO E CONFETARIA, DE PRODUTOS DE CACAU E BOMAS, DE LATICÍNIOS E PRODUTOS DERIVADOS DO AÇÚCAR, DE CARNES E DERIVADOS E DE FRIOS DE RIBEIRAO PRETO E REGIÃO, e de outro lado as empresas varejistas SAVEGNACO - SUPERMERCADOS LTDA. e SUPERMERCADOS GIMENES LTDA. sediadas na praça de Sertãozinho, fica estabelecida, com base no art. 107 e parágrafos do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº B.07B/90), a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE CONSUMO, que se regerá pelas seguintes cláusulas:


1ª) a presente CONVENÇÃO regulará as condições relativas aos preços de varejo das mercadorias da cesta básica relacionadas no ANEXO I, que a acompanha e integra;

2ª) para a referida cesta básica, as empresas de supermercado que esta subcrevem terão limitadas as margens de lucro ao índice máximo de 12% para o preço de venda ao consumidor (PV);

3ª) para os fins desta CONVENÇÃO, entende-se por preço de venda (PV) o resultado da soma do preço do produto (PP) com o preço do frete (PF), multiplicado pelo índice 1,12 ( $PV = PP + PF \times 1,12$ );

4ª) para os fins desta CONVENÇÃO, entende-se por preço do produto (PP) o cobrado pela Indústria, com condições de pagamento para trinta dias, incluído o ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços);

## ANEXO - 3



52) a presente CONVENÇÃO vigorará pelo prazo de seis (6) meses, contado a partir da data de seu registro no cartório de títulos e documentos, com a possibilidade de prorrogação, a critério das partes, via termo aditivo;

62) caso haja, depois do período de sessenta (60) dias de vigência desta CONVENÇÃO, mudanças na política econômica que afetem significativamente as relações de consumo, as partes poderão, de comum acordo, rever as suas cláusulas.

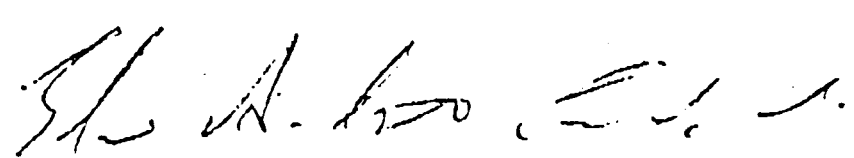
72) esta CONVENÇÃO somente obrigará as empresas e os filiados às entidades signatárias;

82) comissões formadas pelas entidades signatárias fiscalizarão o cumprimento da presente CONVENÇÃO e os seus membros terão livre acesso às informações necessárias a essa fiscalização, mediante prévia solicitação.

92) as partes se comprometem a observar os dispositivos ora convençionados, ficando certo que a parte infratora incorrerá nas sanções previstas na legislação vigente.

Por estarem justas e acertadas e para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, assinam as partes a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE CONSUMO.

Sertãozinho, 14 de março de 1.991.



SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS METALURGICAS, MECANICAS E DE MATERIAL ELETRICO DE RIBEIRAO PRETO, SERTAOZINHO E REGIAO. 79

ANEXO - 3

SINDICATO DOS FUNCIONARIOS PUBLICOS MUNICIPAIS DE SERTAOZINHO

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS DE RIBEIRAO  
PRETO E REGIAO

*Maria Domingar dos Santos*

SINDICATO DOS EMPREGADOS RURAIS ASSALARIADOS DE SERTAOZINHO

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE MASSAS ALIMENTICIAS E  
BISCOITOS, DO AZEITE E OLEOS ALIMENTICIOS, DE PANIFICACAO E  
CONFEITARIA, DE PRODUTOS DE CACAU E BALAS, DE LATICINIOS E PRODUTOS  
DERIVADOS DO AÇUCAR, DE CARNES E DERIVADOS E DE FRIOS DE RIBEIRAO  
PRETO E REGIAO

*Savegnago*  
SAVEGNAGO - SUPERMERCADOS LTDA.

*Supermercados Gimenes*  
SUPERMERCADOS GIMENES LTDA.

## ANEXO - 3

Relação das mercadorias sobre as quais recaem as cláusulas da  
CONVENÇÃO COLETIVA DE CONSUMO:

- 1) Arroz agulha longo tipo 2
- 2) Feijão carioca
- 3) Oleo de soja - lata de 900 ml.
- 4) Macarrão semola - pacote de 500 gramas
- 5) Açúcar cristal
- 6) Café embalado à vácuo - selo da ABIC - pacote de 500 gramas
- 7) Sal refinado - pacote de um quilograma
- 8) Farinha de mandioca crua - pacote de 500 gramas
- 9) Farinha de trigo especial - pacote de um quilograma

## ANEXO - 3

10) Extrato de tomate - lata de 370 gramas

11) Sardinha ao óleo - lata de 135 gramas

12) Salsicha viena - lata de 180 gramas

13) Goiabada - lata de 700 gramas

14) Biscoito "Maria" e "Maizena" - pacote de 200 gramas

---

## ANEXO - 4

### CONVENÇÃO COLETIVA DE CONSUMO

Entre as partes SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE RIBEIRÃO PRETO, SERTÃOZINHO E REGIÃO, SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS E SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SERTÃOZINHO, SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE RIBEIRÃO PRETO E REGIÃO, SINDICATO DOS EMPREGADOS RURAIS ASSALARIADOS DE SERTÃOZINHO e SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE MASSAS ALIMENTÍCIAS E BISCOITOS, DO AZEITE E ÓLEOS ALIMENTÍCIOS, DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA, DE PRODUTOS DE CACAU E BALAS, DE LATICÍNIOS E PRODUTOS DERIVADOS DO AÇÚCAR, DE CARNES E DERIVADOS E DE FRIOS DE RIBEIRÃO PRETO E REGIÃO, SINDICATO DOS CONDUTORES DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS DE RIBEIRÃO PRETO E REGIÃO, SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE RIBEIRÃO PRETO E REGIÃO, SINDICATO DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO DE RIBEIRÃO PRETO E REGIÃO e SINDICATO DOS EMPREGADOS DESENHISTAS, TÉCNICOS E AUXILIARES DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO e de outro lado a ASSOCIAÇÃO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS DE SERTÃOZINHO (AFARMS), representando as farmácias e drogarias DROGAMED, DROGARIA AVENIDA, DROGARIA LAMARPE, DROGARIA POPULAR, DROGA-CERTA/MATRIZ, DROGA-CERTA/FILIAL, FARMÁCIA SANTA RITA, ROSIDROGAS, DROGARIA SERTANEZINA, DROGARIA SÃO MARCOS, DROGARIA DO ZEZITO, DROGA LELLIS, FARMÁCIA SÃO JOÃO, FARMÁCIA SÃO JOSÉ, DROGACITY, DROGACENTRO, DROGARIA DO POVO, DROGARIA SANTA CLARA e DROGA NOSSA, todas elas estabelecidas na praça de Sertãozinho, fica estabelecida, com base no art. 107 e parágrafos do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/90), a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE CONSUMO, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

1ª) a presente CONVENÇÃO regulará as condições relativas aos preços de varejo, para pagamento à vista, dos medicamentos e produtos de higiene do pacote/farmácia relacionados no ANEXO I, que a acompanha e integra, abrangendo todas as apresentações;

## ANEXO - 4

2ª) para o referido pacote/farmácia, as empresas que esta subscrevem concederão o desconto de 15% sobre o preço de venda, para pagamento a vista, aos empregados sindicalizados.

3ª) no ato da compra, o consumidor deverá comprovar sua condição de trabalhador sindicalizado, mediante a apresentação de documento idôneo.

4ª) a presente CONVENÇÃO vigorará pelo prazo de seis (6) meses, contado a partir da data de seu registro no cartório de títulos e documentos, com a possibilidade de prorrogação, a critério das partes, via termo aditivo;

5ª) caso haja, depois do período de sessenta (60) dias de vigência desta CONVENÇÃO, mudanças na política econômica que afetem significativamente as relações de consumo, as partes poderão, de comum acordo, rever as suas cláusulas.

6ª) esta CONVENÇÃO somente obrigará as empresas e os filiados às entidades signatárias;

7ª) comissão formada pelas entidades signatárias fiscalizarão o cumprimento da presente CONVENÇÃO e os seus membros terão livre acesso às informações necessárias a essa fiscalização, mediante prévia solicitação.

8ª) as partes se comprometem a observar os dispositivos ora convencionados, ficando certo que a parte infratora incorrerá nas sanções previstas na legislação vigente.



## **ANEXO - 4**

Por estarem justas e acertadas e para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, assinam as partes a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE CONSUMO

Sertãozinho, 20 de dezembro de 1991.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE RIBEIRÃO PRETO, SERTÃOZINHO E REGIÃO.

SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SERTÃOZINHO

SINDICATO DOS EMPREGADORES EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS DE RIBEIRÃO PRETO E REGIÃO

SINDICATO DOS EMPREGADOS RURAIS ASSALARIADOS

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE MASSAS ALIMENTÍCIAS E BISCOITOS, DOS AZEITE E OLEOS ALIMENTÍCIOS, DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA, DE PRODUTOS DE CACAU E BALAS, DE LATICÍNIOS E PRODUTOS DERIVADOS DO AÇUCAR, DE CARNES E DERIVADOS E DE FRIOS DE RIBEIRÃO PRETO E REGIÃO

SINDICATO DOS CONDUTORES DE VEICULOS RODOVIÁRIOS DE RIBEIRÃO PRETO E REGIÃO

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE RIBEIRÃO PRETO E REGIÃO

## **ANEXO - 4**

SINDICATO DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO DE RIBEIRÃO PRETO E REGIÃO

SINDICATO DOS EMPREGADOS DESENHISTAS, TÉCNICOS E AUXILIARES DE  
ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

ASSOCIAÇÃO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS DE  
SERTÃOZINHO

## ANEXO - 4

### A N E X O I

Relação dos medicamentos e produtos de higiene (todas as apresentações) sobre os quais recaem as cláusulas da CONVENÇÃO COLETIVA DE CONSUMO:

#### a) MEDICAMENTOS:

- |                 |                              |
|-----------------|------------------------------|
| 1. Aerolin      | 17. Insulina                 |
| 2. Aldomet      | 18. Keflex                   |
| 3. Ampicil      | 19. Magnopyrol               |
| 4. Amplacilina  | 20. Neomicina (pomada)       |
| 5. Antigeron    | 21. Novalgina                |
| 6. Berotec      | 22. Salbutamol Royton        |
| 7. Binotal      | 23. Stugeron                 |
| 8. Bricanyl     | 24. Tagamet                  |
| 9. Capoten      | 25. Talofilina               |
| 10. Cataflan    | 26. Talsutin (creme vaginal) |
| 11. Cefamox     | 27. Tegretol                 |
| 12. Cinageron   | 28. Teofilina Bermácia.      |
| 13. Conmel      | 29. Triquilar                |
| 14. Garamicina  | 30. Ulcedine                 |
| 15. Gentamicina | 31. Ulcimet                  |
| 16. Gentaplas   |                              |

#### b) PRODUTOS DE HIGIENE:

1. Absorventes femininos
  2. Algodão
  3. Escova de dente
  4. Esparadrapo
  5. Creme dental.
-

## REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ABREU, Haroldo. A Trajetória e o Significado das Políticas Públicas:

Um desafio Democrático. Revista Propostas. Experiências em Educação Popular - FASE, n º 59, dezembro, 1993.

CAMPILONGO, Fernandes Celso. Crise do Estado, Mudança Social e

Transformação do Direito Brasil. São Paulo em Perspectiva. Sociedade Civil - Estado e Democracia. Fundação SEADE. Volume 8/N 2/ABR.JUN/94.

CARNEIRO, Alves Moaci. Temas de Educação Comunitária. Editora

Vozes, Rio de Janeiro, 1985.

COMPARATO, Fábio Konder. A Nova Cidadania. Lua Nova - Revista de

Cultura e Política. Cedec, nº 28/29 . São Paulo, 1993.

COVRE - MANZINI, Maria de Lourdes. Cidadania . Coleção Primeiros

Passos. Brasiliense, nº 250. São Paulo, 1991.

DAVIDOVICH, Fany . Poder Local e Município, algumas considerações.

Revista de Administração Pública, vol.27, Rio de Janeiro, F.G.V., 1993.

DRAÍBE, Sônia M. As Políticas Sociais e o Neoliberalismo - Encontro

Anual da ANPOCS, 1993, Caxambu, MG, texto mimeografado.

DEMO, Pedro. Pobreza Política. SP: Autores Associados - 4.ed. - vol.

27 . Campinas, 1994. Coleção Polêmicas do nosso Tempo.

- DINIZ, ELI. Governabilidade, governance e reforma do Estado: considerações sobre o novo paradigma. Revista do Serviço Público, vol. 120, nº 2, Brasília, E. N. A. P., MAI - AGO 1996.
- FERNANDES, Rubem César. Privado porém Público: O Terceiro Setor na América Latina. Relume - Dumará, Rio de Janeiro, 1994.
- FISCHER, Tânia. Gestão Contemporânea, cidades Estratégicas: Aprendendo com Fragmentos e Reconfigurações do local. Gestão Contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais. Tânia Fischer (org.) - Rio de Janeiro : Editora Fundação Getulio Vargas, 1996.
- FLEURY, Sônia Maria . Cidadania Direitos Sociais e Estado. Revista de Administração Pública, v.20, Rio de Janeiro, F.G.V, 1986.
- GEBARA, J. J. O Processo de fagocitose em uma região canavieira. Revista Científica. vol. 6, São Paulo, 1978.
- GNACCARINI, J. C. “ O Trabalho Infantil agrícola na era da alta tecnologia”. In: Martins, J. De S. (Org.). O Massacre dos Inocentes: a criança sem infância no Brasil. São Paulo, Hucitec, 1991.
- GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais. Revista de Administração de Empresas. Fundação Getulio Vargas, vol.35, nº3, Ma/Jun. , 1995,
- GOULART, Pedroso Marcelo. Sertãozinho: o pacto caipira. São Paulo em Perspectiva. Sociedade Civil - Organizações e Movimentos. Revista da Fundação SEADE, vol.8/ Jul. - Set. , 1994.

- HABERMAS, Jürgen. Mudança Estrutural da Esfera Capitalista: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Trad. Flávio R. Kothe - Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- IANNI, Otavio. Origens Agrárias do Estado Brasileiro. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- JACOBI, Jacobi. Entrevista. Mutações Sociais. Rio de Janeiro, Jan/Fev/Março, 1995.
- KLINKSBERG, Bernardo. Como Enfrentar La Pobreza? - Estrategias y experiencias organizacionales innovadoras. Colección Estudios Políticos y Sociales. Programas e Las Naciones Unidas para el desarrollo, Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo. 1a. E.d, Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, Argentina, 1989.
- KARNEN, Hartmut . Movimentos sociais: revolução no cotidiano . Uma Revolução no Cotidiano? Os Novos Movimentos Sociais na América Latina. Orgs./Ilse Scherer - Warren e Paulo J. Krischke, Editora Brasiliense, São Paulo, 1987.
- MALUF, Sérgio Renato. Segurança Alimentar e Desenvolvimento Econômico no Brasil. Rio de Janeiro, Novembro de 1993.
- MINAYO, Cecília de Souza. O Desafio do Conhecimento. Pesquisa Qualitativa em Saúde. Hucitec - Abrasco, 3 º ed. - Rio de Janeiro, 1994.

- MELUCCI, Alberto. Um Objetivo para os Movimentos Sociais? Lua Nova - Revista de Cultura Política. CEDEC. Nº .17 /JUN./89.
- MOTTA, Paulo Roberto . Participação e Descentralização Administrativa: lições de experiências brasileiras. Revista de Administração Brasileira, v. 28, Rio de Janeiro, F.G.V , 1994.
- OLIVEIRA, Francisco de. Estado, Sociedade, Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Limiar do Século XXI. FASE / Programa de Investigação e Comunicação, Rio de Janeiro, 1993.
- O'DONNEL, Guillermo & Philippe Schmitter. Transições do regime autoritário - Primeiras conclusões . São Paulo , Vértice, 1986.
- PEREIRA, José Matias. Estudos sobre Direito do Consumidor. Revista de Informação Legislativa. Brasília, nº15, Jan/ Mar., 1995.
- QUIRINO, Galvão Célia & MONTES, Lúcia Maria . Constituições Brasileiras e Cidadania. Série Fundamentos. Editora Ática, 1987
- RAMOS, Alberto Guerreiro. A Nova Ciência das Organizações: uma reconceituação da riqueza das nações . Trad. de Mary Cardoso. Rio de Janeiro; Ed. da Fundação Getulio Vargas, 1981.
- ROSANVALLON, Pierre. A Crise do Estado - Providência. Portugal, Editorial Inquérito L.B.A., 1984.
- REIS, Maria Stella. Do Pacto Social ao Fórum Democrático: Uma História de Participação Conquistada. São Paulo, 1995. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

- SADER, Eder. Quando os Novos Personagens Entraram em Cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970 - 1980. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1998.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: 2ed.-Cortez, 1996.
- SÃO PAULO EM EXAME. R.G. Ribeirão Preto. Ação Regional. Edições Loyola, São Paulo, 1993.
- SERVA, Maurício & JUNIOR, Pedro Jaime. Observação Participante e pesquisa em administração. Uma Postura antropológica. In: Encontro Nacional de programas de Pós - Graduação em Administração. Anais da XVII Reunião da ANPAD. CURITIBA, PR, 1994, p. 153-170.
- WARREN - SCHERER, Ilse . Redes de Movimentos Sociais. Edições Loyola, São Paulo, 1990.
- SOUTO, Vilela Jurueña Marcusu. O Controle dos Contratos e o Código de Defesa do Consumidor. Revista de Administração Municipal. Rio de Janeiro, vol.41, nº21, Jul /Set ,1994.
- SPINK, Peter. Descentralização : Luto ou Luta ? Poder Local: governo e cidadania / Organização e Coordenação de Tânia Fischer - Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1993.
- TELLES, Vera. Sociedade Civil e os Caminhos (Incertos) da Cidadania. São Paulo em Perspectiva. Sociedade Civil - Estado e Democracia. Fundação SEADE. vol. 8/ Nº 2/ ABR.JUN/ ,1994.



\_\_\_\_\_. Movimentos Sociais: reflexões sobre experiências dos anos 70 . Uma Revolução no Cotidiano? Os Novos Movimentos Sociais na América Latina. Orgs./Ilse Scherer - Warren e Paulo J. Krischke, Editora Brasiliense, São Paulo, 1987.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Tem razão a administração ? Revista de Administração Pública . Rio de Janeiro : F. G. V, fev./ abr. 1990, vol.24.

VIOLA , Eduardo & SCOTT, Mainwaring. Novos Movimentos sociais: Cultura e política e democracia; Brasil e Argentina. Uma Revolução no Cotidiano ? Os Novos Movimentos na América Latina. Orgs./Ilse Scherer - Warren e Paulo J. Krischke, Editora Brasiliense, São Paulo, 1987.

WEFFORT, Francisco. Por que Democracia ? , Brasiliense, São Paulo , 1984.

## **Documentos:**

ATA DA CONVENÇÃO COLETIVA DE CONSUMO. Sertãozinho, 14 de março de 1991.

ATA DA CONVENÇÃO COLETIVA DE CONSUMO. Sertãozinho, 19 de dezembro de 1991.

CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. Lei n ° 8.078 / 91 de 11 de março de 1991.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

Promulgada em 06 de Outubro de 1988.

SERTÃOZINHO - LEI ORGÂNICA MUNICIPAL. São Paulo, 1990.